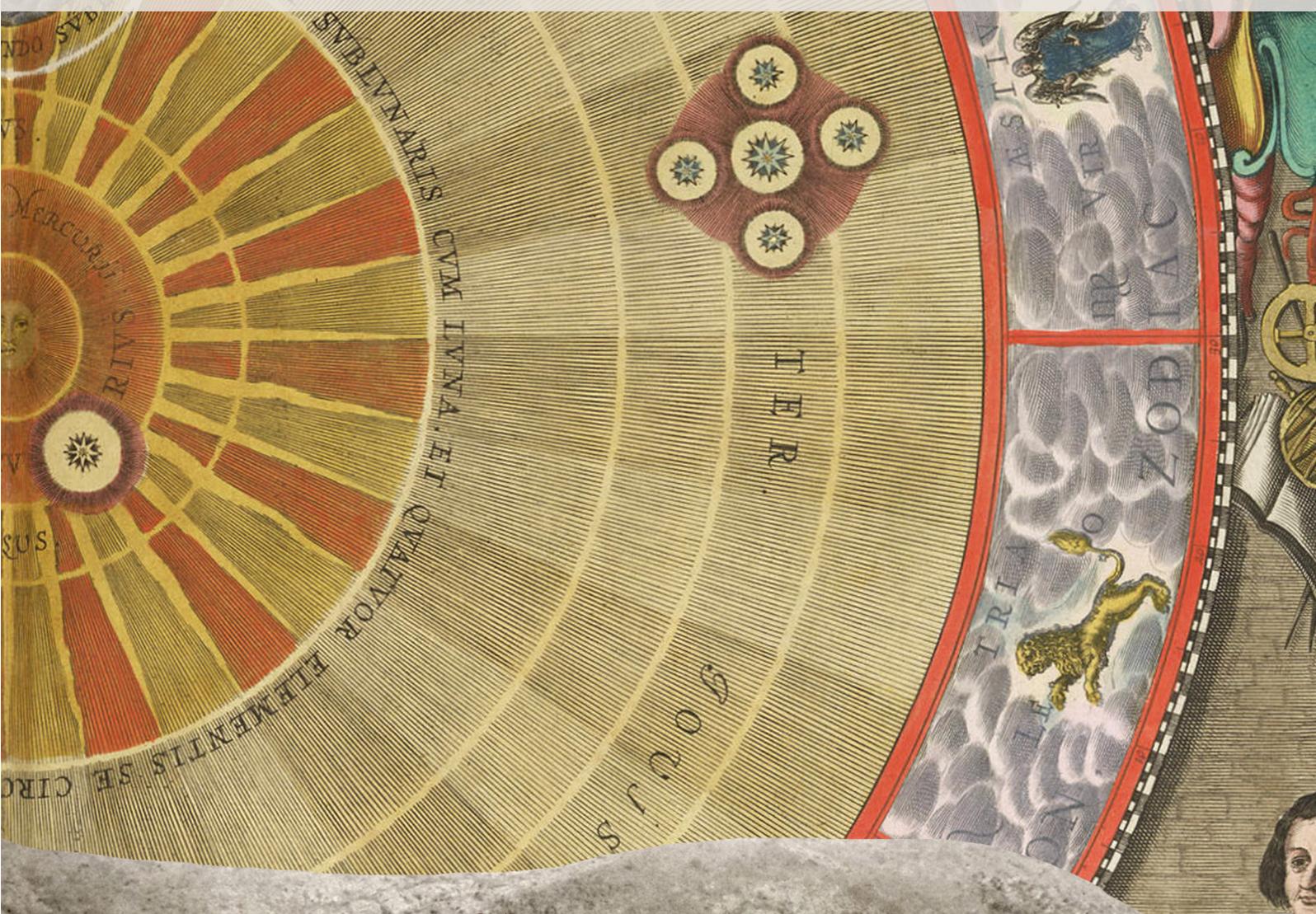


BOLETIM 3X22

1822

1922

2022



REVOLUÇÃO

ENTREVISTAS COM ÂNGELO SEGRILLO, MARCOS NAPOLITANO & MAURÍCIO CARDOSO



NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ!

A Redacção do **BOLETIM 3X22**, a fim de cultivar a pluralidade em suas publicações e estimular a produção cultural, busca por produções artísticas e/ou intelectuais externas e independentes para divulgar em suas páginas.

Se você quer divulgar artigos, ensaios, poesias, crônicas, fotografias, pinturas ou qualquer outro tipo de produção científica, literária e/ou artística com um formato que permita sua publicação em nossas páginas, envie um e-mail com o assunto “Colaboração - seu nome” para o endereço 3vezes22@gmail.com.

A Redacção



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Reitor Vahan Agopyan
Vice-Reitor Antonio Carlos Hernandes



PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Pró-Reitora Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado
Pró-Reitora Adjunta Margarida Maria Krohling Kunsch

Biblioteca Brasileira *Guita e José Mindlin*

Diretor Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron
Vice-Diretor Alexandre Macchione Saes

COORDENADOR

Alexandre Macchione Saes

EQUIPE 3 VEZES 22

Ana Tiecher, Bruna Martins,
Franklin Pontes, Giovane Direnzi,
Lucas Fernandes, Norberto de Assis,
Rafael Pedro e Stephany Barbosa

DIREÇÃO DE ARTE

Giovane Direnzi e Norberto de Assis

CAPA

Giovane Direnzi, Norberto de Assis e
Rafael Pedro

ARTE E ILUSTRAÇÃO

Ana Tiecher, Bruna Martins,
Franklin Pontes, Giovane Direnzi e
Norberto de Assis

DIAGRAMAÇÃO

Norberto de Assis

AGRADECIMENTOS

Ângelo Segrillo
Danilo Nakamura
Marcos Napolitano
Maurício Cardoso

O **BOLETIM 3X22**, enquanto canal de comunicação do PROJETO 3 VEZES 22, pretende difundir suas reflexões acerca da história, cultura e produção artística do Brasil, passando principalmente pelos períodos da Independência e do Modernismo para, a partir daí, pensar sobre os dias atuais e o futuro do país. As opiniões expressas nos textos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Todo material incluído nesta revista tem a autorização dos autores ou de seus representantes legais. Qualquer parte dos textos da publicação pode ser reproduzida, desde que citados autor e fonte.

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin:

Rua da Biblioteca, 21, Cidade Universitária, São Paulo, SP CEP 05508-065

bbm.usp.br/publicacoes EMAIL bbm@usp.br TEL: 11 2648-0310 / 11 3091 - 1154

setembro 2019

BOLETIM 3X22

1822

1922

2022

Revolução

Revolução vem de revolver, verbo transitivo direto que significa virar pra trás, para os lados, revirar-se, retorcer-se. Em astronomia, pode ser o movimento de um astro que retorna a um eixo da sua própria órbita. Em política, um movimento de revolta contra um poder estabelecido.

Depois de explorarmos os manifestos e o espírito nacional, neste boletim amarramos as pontas e embarcamos numa visita ao conceito de **Revolução**. Para esclarecer esse difícil debate, convidamos e entrevistamos especialistas nesse conceito tão espinhoso que é a **Revolução**. E se dizemos espinhoso, é menos por estética e mais porque existe uma grande polêmica e disputa pairando sobre o termo hoje. Há reinvidações da palavra **Revolução** em todos os lados que observamos; formas inéditas de se utilizar o conceito, eufemismos... Isso chega a ser cômico, mas ocorre atualmente uma **Revolução** acerca da palavra “**Revolução**”. Há, inclusive, quem chame golpe de Estado de revolução, por exemplo.

Acreditamos que trazer a tona esse tema é, ainda, uma forma de dar voz àqueles que são silenciados ou esquecidos propositalmente nas narrativas históricas. Debates nestas páginas o processo pelo qual um evento é submetido até ser compreendido como o surgimento de um novo estado revolucionário, além de questionarmos o teor das revoltas populares e indagarmos se é possível falar realmente em alguma revolução no Brasil. Com isso em mente, nessa edição do **BOLETIM 3X22**, trazemos três entrevistas que ajudam a perceber e entender as diferentes narrativas do termo **Revolução**. O prof. Ângelo Segrillo entregou um panorama sobre a importante **Revolução Russa**. Já os prof. Marcos Napolitano e Maurício Cardoso comentam acerca da ditadura militar, um sobre a ótica da memória construída em torno do período, o outro acerca da importância da produção audiovisual tanto na ditadura quanto em processos revolucionários em outros países. Aliado a isso, o historiador Danilo Nakamura escreve um texto sobre as polêmicas “**Revoluções Brasileiras**”. Temos ainda, nesse conglomerado, textos sobre o silenciamento da **Revolução Haitiana**, sobre uma suposta **Revolução Simbólica** que ocorre no Brasil atual e um ensaio sobre a **Revolução Caraíba**. Existem muitas narrativas sobre **Revolução**, como foi possível notar nesse preâmbulo. Acaso está acontecendo mais alguma nos dias de hoje?



OLIVEIRA LIMA E A (LONGA) HISTÓRIA DA INDEPENDÊNCIA.....	06
REVOLUÇÃO.....	10
AFINAL, QUEM FAZ A REVOLUÇÃO? ENTREVISTA COM ÂNGELO SEGRILLO.....	12
O SILENCIAMENTO DE UMA HISTÓRIA, POR NORBERTO DE ASSIS.....	17
NUNCA FOI TÃO DIFÍCIL FALAR SOBRE REVOLUÇÕES, POR DANILO CHAVES NAKAMURA.....	20
A MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR. ENTREVISTA COM MARCOS NAPOLITANO	24
CINEMA E POLÍTICA: UM RELACIONAMENTO COMPLEXO. ENTREVISTA COM MAURÍCIO CARDOSO.....	34
UM GIGANTE NA SALA-DE-ESTAR, POR NORBERTO DE ASSIS.....	42
REVOLUÇÃO CARÁIBA E DEMOCRACIA SELVAGEM, COLABORADORES: POR MATHEUS ÁVILA.....	44
URUBU MALANDRO/RAÍZES DO BRASIL/TELÚRICOS, COLABORADORES: POR KEISSY CARVELLI.....	47
REFERÊNCIAS.....	49

Oliveira Lima e a (Longa) História da Independência

ENTREVISTA
COM ANDRÉ HERÁCLIO DO RÊGO

Nos dias 10 e 11 de setembro aconteceu na BBM o seminário *Oliveira Lima e a (Longa) História da Independência*. Em entrevista ao BOLETIM 3X22, o diplomata e idealizador do seminário, André Heráclio, fala sobre a figura de Oliveira Lima, o principal historiador brasileiro do período da Independência.

3X22: Para começar, quem foi Manuel de Oliveira Lima e qual foi a sua contribuição para a historiografia brasileira?

André Heráclio: Manuel de Oliveira Lima foi um diplomata, historiador e colecionador brasileiro (não obrigatoriamente nessa ordem), nascido no Recife e criado em Lisboa. É considerado um dos grandes historiadores brasileiros. É o grande historiador da formação nacional e da Independência do Brasil, como afirmou, entre outros, o Prof. Carlos Guilherme Mota. Sua vasta obra, entretanto, não se limita a esses períodos, e abrange um arco histórico que se inicia antes do Descobrimento e vai até os inícios da República, no que se refere à História do Brasil, mas que contempla a História Geral, a crítica literária, a memorialística, as impressões de viagem e até mesmo o teatro.

3X22: De onde surgiu a ideia de fazer uma exposição e um livro sobre o autor?

A.H.: Oliveira Lima completaria 150 anos em 2017. Seu sesquicentenário todavia não foi objeto de muitas celebrações, quase passou em branco. Estamos, por outro lado, em pleno processo de comemorações do Bicentenário da Independência, pelo projeto 3x22, da Biblioteca Brasileira Mindlin. Sugerir à diretoria da BBM um seminário em homenagem ao maior historiador da Independência pareceu-me natural. E, com a grande receptividade com que o diretor e o vice diretor da Biblioteca, Carlos Zeron e Alexandre Saes brindaram a iniciativa, logo surgiu a ideia de fazer uma exposição que “ilustrasse” o seminário, aproveitando o rico acervo da Biblioteca e do Instituto de Estudos Brasileiros. O passo seguinte, com o apoio de Plínio Martins, foi reunir em

livro ensaios pouco conhecidos de Oliveira Lima, transcritos de primeiras edições pertencentes à BBM, e com organização, notas e prefácio feitos por mim.

3X22: Sabendo da rica contribuição de Oliveira Lima para a compreensão do Brasil quereverbera inclusive nas ideias atuais sobre este país, a que você atribui as poucas comemorações a respeito do sesquicentenário de seu nascimento?

A.H.: Oliveira Lima é, na minha opinião, um “sujeito oculto” da historiografia e da sociologia brasileiras. Ele deixou seguidores, entre os quais se destaca Gilberto Freyre, mas sua contribuição inovadora não foi muito valorizada pelas gerações seguintes. Talvez porque tenha se afastado do Brasil, passando o fim da vida em Washington. Neste contexto, vale notar as diferenças entre o seu enterro e o das duas outras grandes figuras da diplomacia brasileira da época, Joaquim Nabuco e o barão do Rio Branco. O enterro de Nabuco em 1910 mobilizou a cidade do Recife; por causa do de Rio Branco, o carnaval do Rio de Janeiro em 1912 foi inclusive adiado (não que os foliões não tivessem aproveitado para comemorá-lo duas vezes...). Ao de Oliveira Lima em Washington, em 1928, compareceram cinco gatos pingados. Esse esquecimento no entanto vem sendo revertido aos poucos, e nesse processo exerceram, e exercem papel fundamental historiadores e outros intelectuais do quilate de Carlos Guilherme Mota, de Teresa Malatian, de Arno Wehling e de Guilherme Pereira das Neves – que participam do seminário -, de Arnoni Prado, de Luís Costa Lima, de Roberto da Matta e outros.

3X22: Ainda sobre as ideias de Brasil: como Oliveira Lima compreendia o sentimento de nacionalidade? A corte era representante da noção de mestiçagem

do povo brasileiro ou ele acreditava no contrário?

A.H.: Para Oliveira Lima, a vinda da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, havia sido a responsável, em última análise, não só pela Independência, ao constituir o último elemento de um processo que havia começado antes, com a crescente importância do Brasil em relação a Portugal, como pela própria formação nacional, ao contribuir decisivamente – esforço que foi coroado com a permanência da dinastia de Bragança no comando do Brasil até 1889 – fato singular na História do Novo Mundo – para a manutenção da unidade nacional. Isto é a base para o entendimento do Brasil como ele é hoje. Se as coisas tivessem ocorrido diferentemente, não seríamos hoje o Brasil que somos, para o mal e para o bem. Nesse contexto, Oliveira Lima considerava a monarquia que se instalou e se perpetuou durante quase um século no Brasil – repito, fato singular da História do Novo Mundo – como uma monarquia híbrida, porque envolvia no fim das contas uma instituição tradicional europeia em um novo ambiente, mas também mestiça, pois a base da sociedade era esta.

“Oliveira Lima é, na minha opinião, um ‘sujeito oculto’ da historiografia e da sociologia brasileiras (...) sua contribuição inovadora não foi muito valorizada pelas gerações seguintes”

3X22: É possível dizer, em sua opinião, que ainda persiste muito do Brasil que Oliveira Lima observou há uma centena de anos?

A.H.: Sim, apesar das crescentes mudanças e da padronização a que o mundo moderno nos obriga. E é por isso que é necessário reestudar, e revalorizar sua obra.

3X22: Afinal, passado 150 anos, o que podemos celebrar acerca desse autor e ator tão importante para o pensamento brasileiro?

A.H.: O grande legado de Oliveira Lima é a visão integradora que ele tinha da História, fazendo uso das ciências então ditas auxiliares, como a Sociologia, a Antropologia e outras; da História comparada, somente possível pelo conhecimento amplo que ele tinha da história de outras nações; e da sua convicção de que a História, ademais de ser uma ciência, é também uma arte, e como tal deve ser tratada. Isto se reflete também no estilo que o historiador deve ter, o mais possível agradável, elegante, e de fácil entendimento.



André Heráclio do Rêgo é diplomata e historiador. Possui doutorado em Estudos Portugueses, Brasileiros e da África Lusófona pela Universidade de Paris Nanterre. Atualmente é pós-doutorando do IEB-USP.



Oliveira Lima e a (Longa) História da Independência

Exposição “Oliveira Lima e a (Longa) História Da Independência”,
Visitação | 10 de setembro à 31 de outubro das 8h30 às 18h30 (segunda a sexta)
Onde | Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM) – Sala Multiuso
Rua da Biblioteca, 21, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo – SP
O local possui acessibilidade para cadeirantes.
Quanto | Gratuito





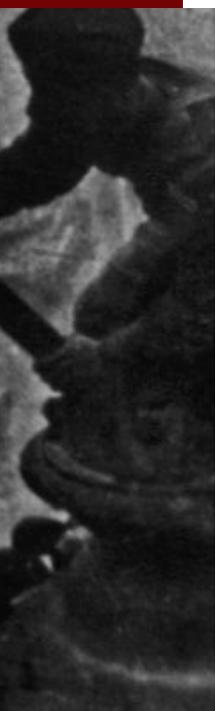
São muitos os significados da palavra REVOLUÇÃO. Essa gama de acepções traz sempre dúvidas quando essa palavra é posta à tona. Afinal, nos primeiros anos de nossa educação escolar, vemos revolução no sentido que Copérnico nos indicou lá no século XV: como um retorno de um corpo astral a um ponto da própria órbita - a Terra faz uma revolução todos os dias, por exemplo. Porém, na medida que progredimos na nossa educação, vemos outras formas de revolução. Não são raros os exemplos: Revolução Francesa, Revolução Russa, Revolução Americana... Haja revolução! Mas do que elas se tratam?

A revolução, nas ciências humanas, principalmente, é mais do que um giro de um corpo celeste; é um giro em favor de alguma mudança na sociedade. Revolução, então, pode ser definido como um movimento de revolta contra um poder estabelecido, e que procura, mais do que tudo, modificações profundas em instituições políticas. E não para por aí, porque além de vermos revolução marcada como um processo político e social, ela é uma palavra também usada para expressar mudanças culturais e artísticas, como inserção de novidades estéticas que mudam nossa percepção sobre determinado assunto. A revolução, enfim, é marcada por algum tipo de mudança.

Há um grande debate sobre como caracterizamos se determinado evento é uma revolução. No Brasil, há uma disputa semântica muito interessante quando observamos como nossos movimentos de indignação popular e social foram rotulados: a grande maioria deles foram caracterizados como “revoltas” e não como “revoluções”. Isso parece ser algo trivial em primeira vista, porém esconde muito acerca de como observamos nossa história.

Além dessa falta de “revoluções” no Brasil, existem diversas revoluções que ocorreram no mundo e não são comentadas. O principal exemplo desse silenciamento é a Revolução Haitiana, uma revolução escrava que libertou o povo do Haiti do colonialismo francês no final do século XVIII para o XIX. Apesar de ser um evento de extrema importância, é raro encontrar alguém que tenha aprendido algo dessa revolução na escola - algo que não acontece quando perguntamos sobre a Revolução Francesa ou Americana, que ocorreram no mesmo período.

Enfim, Revoluções pairam o mundo desde seu início. Constituem muitos dos grandes momentos de mudança na sociedade e foram importantes palcos para discussões sobre diferentes modelos de sociedade. Sabendo disso, nessa edição do Boletim 3X22 resolvemos, então, rebelar um pouco o debate - ou seria revolucioná-lo?



Afinal, Quem Faz a Revolução?

ENTREVISTA
COM ÂNGELO SEGRILLO

Professor Livre Docente do Departamento de História da Universidade de São Paulo, Ângelo Segrillo concedeu entrevista ao BOLETIM 3X22 sobre o importante termo Revolução e sobre um dos grandes eventos do século XX: A Revolução Russa. Como aconteceu a Revolução de 1917? Qual suas influências e seu legado? Há o que comemorar nos dias de hoje?

3X22: Começando pelo básico, o que é Revolução e qual é a origem do termo? Existe, por exemplo, alguma diferença entre revolução e revolta?

Ângelo Segrillo: A evolução histórica do termo “revolução” é interessante e paradoxal. Originário da astronomia, onde descrevia movimentos regulares, sem grandes perturbações, de astros celestes ao redor de outros (ou seja, um movimento circular, cíclico em que algo vai e volta ao mesmo ponto constantemente), na ciência política adquiriu um sentido quase que oposto, ou seja, de uma mudança profunda para outro estado, para uma coisa completamente nova, “sem volta ao ponto inicial”. A tendência é designar modificações qualitativas em sistemas políticos e sociais com a criação de um novo sistema completamente diferente do antigo. Ou seja, se distingue de outros conceitos como “revoltas”, “golpes de estado”, etc. pois

estes podem abortar, serem malsucedidos ou simplesmente não trazerem nada de novo, diferente, e sim apenas uma mera “troca de guarda” nas lideranças de um mesmo sistema sociopolítico. No marxismo especificamente (que teve grande influência na Revolução Russa), revolução significa a passagem (violenta ou pacífica) de um modo de produção a outro (do feudalismo para o capitalismo, do capitalismo ao socialismo, etc.)

3X22: Afinal, sabendo do debate clássico nas ciências humanas sobre ação versus estrutura, são os atores políticos que fazem a revolução ou é a revolução que faz os atores políticos?

A.S.: Se tomarmos como base o modelo marxista de “revolução” (que influenciou e guiou o curso da Revolução Russa) esse debate é paradigmaticamente tratado na famosa frase de Karl Marx em seu livro O 18 Brumário de Luís Bo-

naparte: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas em circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas”. Ou seja, segundo o pensador alemão, os atores políticos (e sociais) fazem sim a revolução, mas são constrangidos em sua ação não pela revolução que está ocorrendo mas sim por todo o passado que pesa sobre eles. Esta é uma das razões por que muitas das revoluções são “imperfeitas”, não conseguem concluir o próprio modelo ideal pretendido: erros, preconceitos e mesmo constrangimentos do passado podem pesar sobre os próprios revolucionários e impedi-los de levar a cabo seu projeto como pretendido. Caberá, então, às gerações futuras, os “filhos da revolução” (sobre os quais aí sim já pesam as novas circunstâncias da revolução) desenvolver ou aperfeiçoar o projeto da revolução nas direções adequadas dentro das novas circunstâncias.

3X22: Como e por que aconteceu a Revolução Russa? Qual é a sua importância histórica e social?

A.S.: As diversas correntes historiográficas se dividem sobre por que a primeira revolução socialista aconteceu na Rússia e em 1917. Simplificando muito uma discussão complicadíssima, pode-se dividir o debate em duas grandes correntes: a estruturalista e a conjunturalista. Os marxistas e outras correntes estruturalistas enfatizam as grandes contradições estruturais pelas quais passava a Rússia e afirmam que por causa delas a revolução lá aconteceu. Pela chamada “teoria do elo mais fraco”, a revolução socialista não ocorreria nem nos países do capitalismo mais forte (pois ali ele é forte e resistente) nem onde ele é mais

fraco, em países de miséria total (pois aí a população faminta e analfabeta nem consegue se organizar adequadamente, com uma superpopulação desempregada que facilmente toma o lugar de operários em greve). Na verdade a revolução ocorreria onde o capitalismo estava mais cheio de contradições. E a Rússia na época era um poço de contradições. Era um país que se desenvolvia pelo lado econômico celeremente, mas tinha um sistema político arcaico. Sua burguesia nativa, espremida entre o jugo do estado russo e do capital estrangeiro, não tinha força para realizar a sua própria revolução burguesa (como aconteceu na França durante a Revolução Francesa). Assim o proletariado russo (que era numericamente pequeno, mas concentrado, em sua maioria, em grandes fábricas, principalmente as de capital estrangeiro, concentração essa que facilitava a propaganda revolucionária) participou da revolução “empurrando” a burguesia e as outras classes para além de uma mera revolução burguesa.

“... revolução significa a passagem (violenta ou pacífica) de um modo de produção a outro (do feudalismo para o capitalismo, do capitalismo ao socialismo, etc.)”

Essa visão dos estruturalistas é contestada pelos conjunturalistas, muitos dos quais são autores ocidentais da época da Guerra Fria. Esses conjunturalistas tinham uma visão mais otimista do sistema czarista pré-revolucionário, dizen-

Vladimir Ilyich Ulyanov, mais conhecido como Lenin, foi um dos principais protagonistas da Revolução de Outubro de 1917.

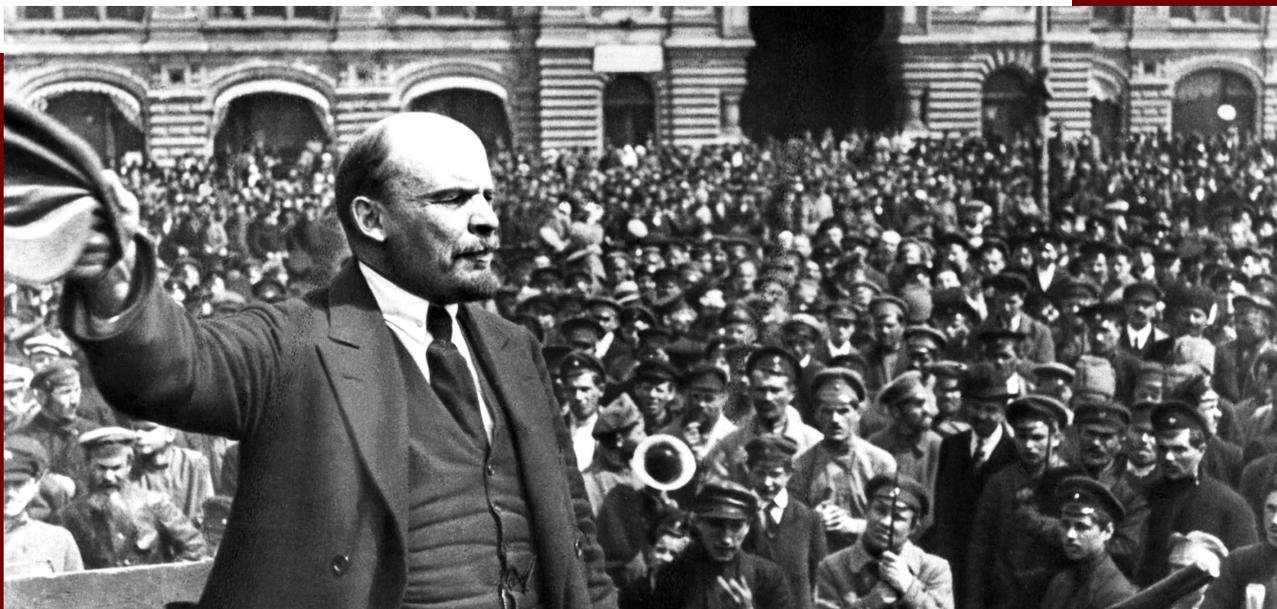


Foto: Reprodução/Jornal da Bahia



Foto: Hulton Archive/Getty Images

Foto de uma infantaria do exército revolucionário bolchevique, o chamado Exército Vermelho.

do que a Rússia estava se desenvolvendo rapidamente pelo lado econômico (em 1913, último ano antes da Primeira Guerra Mundial, a Rússia, muito devido ao seu gigantismo, já tinha a quinta produção industrial bruta entre os países do mundo) e logo o lado político também sofreria uma abertura maior gradualmente com o tempo (mesmo “amordaçado” e cheio de limitações, o parlamento russo pelo menos tinha partidos de oposição, entre os quais os próprios bolcheviques). Assim, a Rússia estava no caminho “certo” no início do século XX. Entretanto, a Primeira Guerra Mundial foi um ponto de viragem. Ela desorganizou a Rússia de tal maneira que um vácuo foi criado. Como os partidos tradicionais não conseguiram resolver os problemas criados pela guerra, os bolcheviques (então um partido pequeno) foram resolutos o suficiente para decidir a questão com medidas draconianas *malgré tout et tous*. Por isso foram vitoriosos na revolução. Ou seja, para os conjunturalistas, se não fosse a Primeira Guerra Mundial, o czarismo evoluiria naturalmente para um regime burguês tradicional. Foi a desorganização trazida pela Grande Guerra que permitiu ao pequeno partido dos bolcheviques tomar o poder e levar a Rússia para um caminho inédito na história.

3X22: Existem paralelos da Revolução Russa com outras revoluções precedentes e/ou posteriores?

A.S.: O grande paralelo é com a Revolução Francesa. Segundo o modelo marxista, a Revolução Francesa foi a maior revolução política que marcou a passagem do feudalismo para o capitalismo. Similarmente, a Revolução Russa marcaria a passagem do capitalismo ao socialismo. Karl Marx, nos poucos es-

critos que fez sobre a futura revolução socialista (geralmente ele escrevia mais sobre o capitalismo e seus problemas) e principalmente em sua atuação política concreta como revolucionário, inclusive foi muito influenciado pelo modelo da Revolução Francesa ao imaginar possíveis cenários geopolíticos futuros rumo à revolução socialista mundial.

“...segundo Marx, os atores políticos (e sociais) fazem sim a revolução, mas são estrangidos em sua ação não pela revolução que está ocorrendo, mas sim por todo o passado que pesa sobre eles.”

3X22: Qual é a ideia por trás daquilo que Marx, Trotski e Lenin chamaram de Revolução Permanente? Este termo foi importante para a constituição da Revolução de 1917?

A.S.: O conceito de Revolução Permanente foi utilizado por Marx em seu texto Mensagem do Comitê Central à Liga, de março de 1850, onde analisou o curso das revoluções de 1848. Ali dizia que “Enquanto que os pequenos burgueses democráticos querem acabar a revolução o mais rápido possível [...], nosso] grito de guerra deve ser: a Revolução em Permanência!”. Trotski foi quem mais o propagou, criando toda uma teoria por trás do conceito. Dizia que a revolução permanente tinha três aspectos principais: 1) a passagem da revolução democrático-burguesa para a socialista; 2) o caráter internacional da Revolução

(que não poderia ficar limitada a um só país e sim internacionalizar-se para não correr o risco de se burocratizar e fossilizar, cercada por países capitalistas); 3) a mudança constante nos costumes durante a revolução, que quebrariam os hábitos culturais conservadores tradicionais. Lenin também escreveu sobre o conceito da “revolução ininterrupta”, semelhante ao da revolução permanente, em alguns textos, mas era mais ambíguo sobre o tema, tendo outros textos que pareciam vislumbrar a possibilidade do chamado “socialismo em um só país”.

Durante a Revolução de 1917 em si, essa era uma discussão secundária, pois todos (inclusive Stalin) achavam que, com a situação incendiária causada pela Primeira Guerra Mundial, a revolução eclodiria também em nível global, passando de um país a outro. Entretanto, a partir de 1922, quando começou a ficar claro que a revolução não estava se tornando mundial, como antes acreditavam, o debate entre a “teoria do socialismo em um só país” (de Stalin”) e a teoria da “Revolução Permanente” (de Trotski) foi embrionariamente se formando e dominou todo o resto da década de 1920 na Rússia (finalmente resolvida internamente na URSS com a expulsão de Trotski do país).

3X22: Até que ponto Karl Marx influenciou a Revolução Russa? É possível dizer que ele foi o principal ideólogo do evento mesmo não estando vivo em 1917?

A.S.: Definitivamente sim. Sem entrar no debate de se as diversas correntes marxistas russas realmente representavam o “verdadeiro” pensamento de Marx, essas correntes se assumiam como marxistas e desenvolviam o país dentro de

parâmetros conceituais marxistas. Isso tanto nos acontecimentos revolucionários de 1917 como posteriormente.

3X22: Por fim, o que sobrou da Revolução Russa após pouco mais de cem anos desde seu estopim? Há motivos para comemorar o evento no contexto atual?

A.S.: Como historiador, minha resposta tem que ser definitivamente sim. A revolução russa e a conseqüente formação de um bloco socialista no mundo (que chegou a contar com 1/3 da população mundial) balizou (“para o bem ou para o mal”) a história do século XX. Não se pode entender a história do século XX (e mesmo do XXI, já que a China socialista pode vir a se tornar a maior economia do mundo em breve) sem entender o desenrolar e os desdobramentos da Revolução Russa.

Ângelo de Oliveira Segrillo é professor Livre Docente de história contemporânea no Departamento de História da Universidade de São Paulo. É especialista em história da Rússia e ex-URSS eurasiática.

O Silenciamento De Uma História

POR NORBERTO DE ASSIS

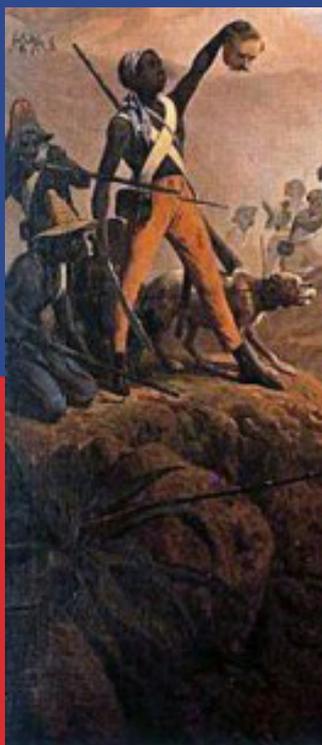
Quando eu era mais novo, aprendi na escola sobre as grandes revoluções da história do mundo. Estudava, por exemplo, sobre a grande Revolução Francesa que derrubou o Antigo Regime monárquico; como os iluministas mostravam uma nova maneira de ver o mundo, a favor de ideias como liberdade, igualdade e fraternidade. Mais tarde, estudei a importante Revolução Americana, aquela que apresentou a nós a república democrática moderna e grande parte dos ideais que estão em nossa sociedade até hoje. Estudei a extraordinária Revolução Russa também, como os bolcheviques derrubaram o regime czarista opressor em favor de um novo tipo de sociedade. Eu sempre achei que essas eram as grandes revoluções sociais da história da humanidade, as únicas que poderiam representar o que um povo poderia fazer em situações desfavoráveis. Porém, essas histórias não são as únicas. São apenas aquelas que são faladas.

Existem silenciamentos na história, tanto nas histórias que contamos a amigos quanto na própria historiografia, que é a responsável pelas histórias que aprendemos na escola. A Revolução de São Domingos, ou Haitiana, foi uma grande revolução escrava em prol dos mesmos ideais da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade - curioso que a revolução que emancipou o Haiti, o libertou da mesma nação que pregava

esses ideais. A Revolução de São Domingos ocorreu um pouco depois da Revolução Francesa e Americana e mais de cem anos antes da Russa. Porém, a Revolução Francesa, é conhecida e estudada por todos no Brasil e a haitiana quase não chega a ser citada em grandes obras da historiografia sobre a época, como A Era das Revoluções, de Eric Hobsbawm. A revolução haitiana também influenciou fortemente o destino da América Latina e do Caribe, tanto quanto, ou até mais que as revoluções europeias e americana. Ainda assim, no Brasil, não sabemos nada sobre ela. Na verdade, nem sabemos de sua existência. Seria por que não lembramos? Não, na verdade foi porque a silenciaram, isto é, renegaram sua existência.

À época, a Revolução Haitiana, nas palavras de Michel-Rolph Trouillot, era impensável para as metrópoles. Impensável porque, quando aconteceu, os escravos e homens negros não eram considerados dotados de humanidade pelos europeus, muito menos capazes de se rebelarem contra seus senhores. Essas pessoas eram vistas como dóceis, acostumados à submissão. No arcabouço simbólico dos colonizadores, não havia com o que se preocupar. Aconteceu, porém, o inesperado, o inconcebível: no final do século XVIII, bem próximo das revoluções que estamos acostumados a estudar, os escravos se revoltaram e expulsaram os franceses do Haiti. O Haiti, como mostra muito bem C.L.R. James em Os Jacobinos

Batalha de São Domingos, por January Suchodolski.
Foto: Wikimedia Commons.



Negros (a alcunha “jacobinos” decorre justamente do fato de os haitianos terem se inspirados nos revolucionários franceses), torna-se independente no meio de muita luta e sangue. A incrível história da colônia escrava que venceu sua metrópole aconteceu, ainda que fosse impensável para seus colonizadores.

Logo após esse incrível evento, ocorreram no Haiti diversas sanções de outros países por conta de sua vitória na guerra de emancipação. Os franceses impuseram uma grande taxação sobre a nação haitiana após a guerra com a justificativa de a revolução ter causado danos econômicos à nação francesa. Além disso, a maioria dos países não reconheceram a existência da Independência do Haiti até o final do século XIX, quase cem anos após o ocorrido. Se o evento ocorreu, a narrativa que foi sendo elaborada era outra: a história ocorrida, se diferenciou da história contada. O poder destrutivo de uma narrativa silenciou a história haitiana, jogando-a no limbo por muito tempo. O poder do silenciamento é uma arma poderosa para entender o que certas sociedades ou pessoas pensam a respeito de certa história, sobre o que eles querem mitigar ou esconder do mundo.

Se foi terrível o silenciamento diplomático causado pelas nações ao Haiti, tão pior foi o silenciamento sobre o que foi contado do evento: as narrativas da historiografia pós-revolução haitiana também a silenciaram; sua história não foi contada. As narrativas construídas pela historiografia, segundo Trouillot, entraram de acordo com as narrativas produzidas por indivíduos que consideravam a revolução impossível, seja porque a trataram como menos importantes do que outras, seja porque simplesmente não queriam falar sobre ela. E isso foi se prolongando por muito tempo. A própria história

de sua revolução surpreendente acabou comprometendo o destino do Haiti: por conta das sanções impostas e outros problemas, a nação haitiana foi definhando. A revolução negra e escrava feita contra uma das maiores potências da época era impensável; mas com o tempo se tornou, nas palavras de Michel-Rolph Trouillot, um não-evento, como se não tivesse acontecido. O poder constrói a história, por isso só aprendemos na maioria das escolas a história daqueles que os dominantes querem contar.

Narrativas detêm poder, não devemos esquecer disso. Escondem dentro de si visões de mundo e opiniões distintas. Se a revolução haitiana foi silenciada, foi menos por conta de ser uma revolução e mais por ser uma revolução feita por escravos, colonizados e negros, e por conta de uma dominação global de uma visão de mundo europeia e branca. Visão de mundo europeia esta que, aliás, permeia o ensino brasileiro até hoje. Não que exista algum problema em estudar a história europeia e americana (a Revolução Francesa era o meu tema favorito na disciplina de história), mas não deveriam ser as únicas histórias a serem contadas. Afinal, o mundo é gigantesco, cheio de histórias incríveis e surpreendentes e a Revolução Haitiana é só uma delas. Se erramos antes em não perceber isso, está na hora de mudarmos. Apesar da inclusão recente da obrigatoriedade do ensino de outras histórias nas escolas, como a africana e indígena, ainda falta muito. Não basta apenas incluir histórias diferentes em currículos escolares, é necessário desvencilhar-se do pensamento do colonizador, da ideia de que só as histórias dos dominantes importam, exclamar o que estava quieto, escutar a voz dos silenciados.

Nunca foi tão difícil falar sobre Revoluções

POR DANILO CHAVES NAKAMURA

O processo de independência do Brasil envolveu conflitos muito restritos se comparado com as independências dos Estados Unidos e de outros países da América Latina. Não houve guerra de libertação. Não houve levantes populares abrangentes. Não houve mobilização de grandes exércitos. E nenhum personagem elevou-se a figura de “libertador”. Assim sendo, diferente dos estados nacionais que surgiram após a Revolução Francesa de 1789, o estado brasileiro inicialmente optou por esconder qualquer vestígio dos movimentos populares de seu passado colonial. Embora não tenha ocorrido uma guerra de libertação nacional, revoltas como a Inconfidência Mineira, a Revolta dos Alfaiates e a Revolução Pernambucana poderiam compor uma narrativa contra a máquina repressiva e fiscal do colonialismo português, mas esses episódios não se acomodavam na narrativa oficial da monarquia.

“As revoluções eram vistas como ameaças à unidade nacional.”

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi uma das instituições criadas com o intuito de refletir sobre a nação brasileira e construir um sentimento de nacionalidade num território que não havia “pátria brasileira”. Nos primeiros anos da Revista do IHGB, que passou a circular regularmente em 1839, pouco espaço foi reservado para pensar as revoluções brasileiras do período colonial e imperial. Somente em 1846 a revista publicou um artigo que articulava a Inconfidência Mineira com a Independência. Em 1867, devido ao cinquentenário da Revolução Pernambucana, uma série de documentos foi publicada. Textos sobre a Guerra dos Farrapos ou sobre a Sabinada aparecem apenas na década de 80 do século XIX. Em suma, a partir da produção da “história oficial” do país, podemos perceber como a construção de uma identidade nacional buscou silenciar e apagar as camadas populares da história. As revoluções eram vistas como ameaças à unidade nacional.

Em 1897, Gonzaga Duque, crítico de arte, romancista e republicano convicto, escreveu um livro didático intitulado *Revoluções brasileiras: resumos históri*

cos. Ele reconstruiu a história do país a partir das revoluções. O livro começa com o Quilombo dos Palmares e termina com a Proclamação da República. Embora fosse uma abordagem inédita e incomum para a época, Gonzaga Duque seguiu mobilizando os acontecimentos históricos de acordo com a conveniência política do projeto de construção do estado brasileiro. A república, que reivindicava acontecimentos para se diferenciar da monarquia, era a mesma força repressiva que massacrava o povo de Canudos e que mais tarde reprimiria outros “bestializados” do território nacional.

No contexto da grande crise capitalista, a Revolução de 30, marcou o fim de um ciclo. Embora a renda do setor industrial tenha superado a do setor agrário apenas na década de 50, temos o fim da hegemonia agroexportadora. No cenário político-social, essa mudança econômica apontava para uma maior institucionalização da classe trabalhadora em partidos políticos e sindicatos. Se, em 1917, a greve geral dos trabalhadores refletia a existência de uma cultura política libertária e anarquista trazida pelos imigrantes, nas décadas seguintes, devido à influência da Revolução Russa, a hegemonia passará para as mãos do Partido Comunista. Em 1935, por exemplo, militares, comunistas e liberais reuniram-se para derrubar o governo de Getúlio Vargas. O levante militar Intentona Comunista aconteceu em 23 de novembro de 1935, na cidade de Natal; no entanto, não contou com uma participação mais ampla da classe trabalhadora e foi rapidamente controlado.

No campo da produção intelectual pós-30, as revoluções brasileiras (termo utilizado aqui de forma bastante aberta, in-

cluindo movimentos classificados como revoltas, levantes e motins) passaram a ser tematizadas, mas com uma espécie de “déficit social”. Para Caio Prado Jr., as revoluções brasileiras do passado foram apenas *journées des dupes*, ou seja, acontecimentos em que o povo brasileiro era sempre posto a reboque das camadas superiores. Para o historiador, os escravos, embora numerosos, estavam isolados nos grandes domínios rurais e eram privados de todos os direitos. Falta aos escravos todos os elementos para constituírem fatores de vulto no equilíbrio político nacional. Incapacidade que não era exclusiva dos escravizados, pois a população livre e as camadas médias não tinham possibilidade de ser eficientes na atuação política. Mais do que classes, as camadas inferiores formavam simples aglomerados de indivíduos.

“... a efervescência política do pós-guerra teve como desfecho o golpe militar e não a revolução.”

Nesse sentido, Caio Prado - e outros representantes da chamada tradição crítica - projetou a Revolução Brasileira para o futuro. No singular e com letra maiúscula, a Revolução Brasileira completaria o processo de formação de uma sociedade e superaria o passado colonial. Desse modo, as tarefas fundamentais de um país, que entrava numa conjuntura revolucionária, deveria ser a promoção de uma ampla reforma agrária e a superação da dependência do capital internacional. No entanto, a efervescência política do pós-guerra teve como desfecho

o golpe militar e não a revolução. Em síntese, ideia de uma revolução burguesa no Brasil se consolidava como uma contrarrevolução permanente.

Para terminar esse breve panorama sobre as revoluções brasileiras e seus reflexos na escrita da história, com a crise da Ditadura Militar, as ciências humanas recolocaram os movimentos populares como protagonistas do processo político. Enquanto novos personagens entravam em cena na arena política da redemocratização do país, a história dos vencidos (de inspiração benjaminiana e thompsoniana tardia) tornava-se moda. As revoltas, os motins, os levantes e as revoluções voltavam a ser pensadas no plural para refletir a multiplicidade de lutas por direitos sociais, por políticas de afirmação de identidades e pela inclusão da classe trabalhadora num estado democrático de direito. Em suma, as revoluções brasileiras eram entendidas como momentos históricos da construção e consolidação do Estado Nacional.

Hoje, o cenário político da abertura política também se esgotou. No presente, não faltam exemplos de motins, revoltas e levantes (nas ruas das grandes cidades, nas ocupações de terra, nas retomadas de terras indígenas, nas escolas e universidades, nas fábricas e outros locais de trabalho etc.). Todavia, as lutas acontecem num tempo histórico em que o “poder destruidor” (força característica das revoluções modernas) está sob o controle de governos tirânicos, para falarmos como a pensadora Agnes Heller, e o “poder criativo” (força imaginativa também inerente ao conceito de revolução) não parece estar disponível. Em suma, nunca foi tão difícil escrever sobre revoluções.

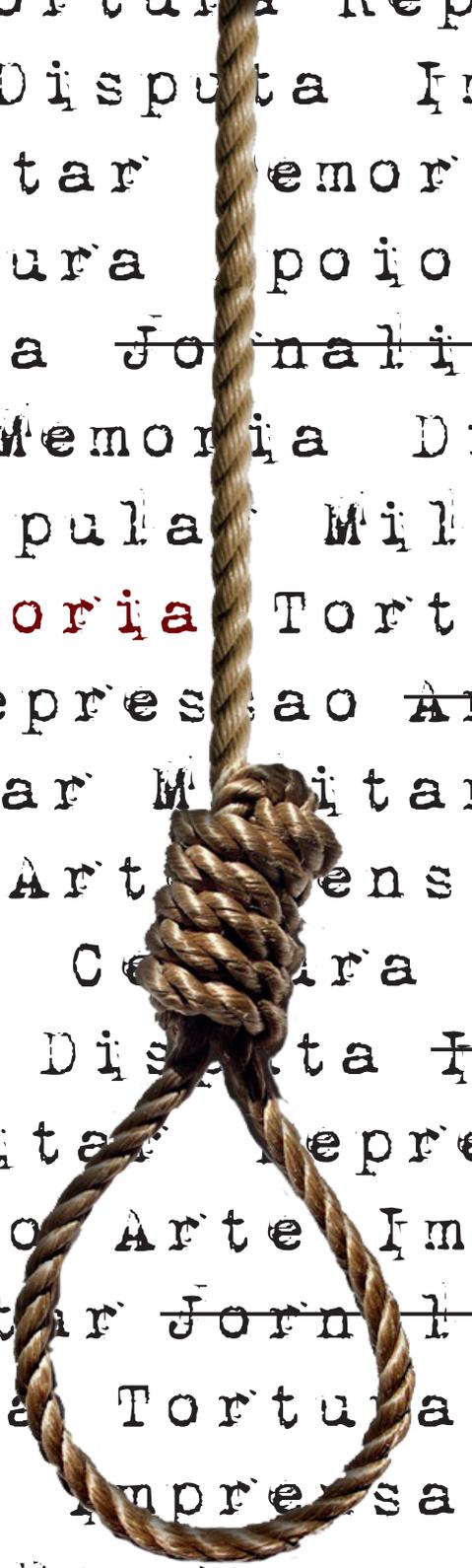


Leitura da sentença dos inconfidentes, por Leopoldino Faria.
Foto: Wikimedia Commons/Museu Histórico Nacional.

Danilo Chaves Nakaura é graduado em história pela FFLCH-USP e possui mestrado em história econômica pela mesma instituição.



poio ~~Arte~~ Disputa Imprensa Cen
opular Militar Memoria Tortura
ressao Censura poio Disputa Di
ura Imprensa ~~Jornalista~~ Jornal
poio Arte Memoria Disputa Impr
a Censor Popula Militar Repres
itadura **Memoria** Tortura ~~Jornali~~
orda Bota Repressao ~~Arte~~ Disputa
rensa Popular Militar Apoio Dis
a Imprensa ~~Arte~~ Censor Memoria
adura Apoio ~~Censura~~ **Ditadura** Ap
arte ~~Memoria~~ Disputa ~~Imprensa~~ Cen
opular Militar Repressao Ditad
ensura Apoio Arte Imprensa Cens
opular Militar ~~Jornalista~~ Corda B
memoria Corda Tortura Censura Ap
arte Disputa Imprensa **Militar** Me
ia Tortura Repressao Censura Ap
isputa Ditadura Imprensa ~~Jornali~~
~~arte~~ Imprensa Censura Censor Po
ar Militar Corda Bota Tortura
ressao Censura ~~Jornalista~~ Tort
epressao Arte Disputa Popular
itar Apoio Disputa Imprensa A
militar Memoria Imprensa Censura C



A Memória da Ditadura Militar

ENTREVISTA
COM MARCOS NAPOLITANO

Professor de História do Brasil Independente, docente-orientador no Programa de História Social da USP e especialista em Brasil Republicano, com ênfase no regime militar, e na área de história da cultura*, Marcos Napolitano conversou com o BOLETIM 3X22 sobre os procedimentos de construção da memória acerca da Ditadura Militar de 64, atravessando os anos de golpe até chegar às discussões mais recentes sobre o período.

3X22: Para começar de uma forma bem ampla. Como se dá a construção daquilo que é chamado de memória coletiva de algum evento?

Marcos Napolitano: A memória coletiva é sempre um processo complexo que envolve muitos atores sociais e processos de interação entre vários grupos ao longo do tempo. O que ocorre é que, via de regra, um evento quando vivido só é lembrado quando transformado numa narrativa ou num conjunto de representações assimiláveis não só por aqueles que o viveram, mas também por seus herdeiros e pelos grupos que virão depois. Normalmente, um evento pode ser vivido e incorporado enquanto experiência, mas não necessariamente gera uma memória organizada. Pode gerar muito mais uma experiência que é assimilada indiretamente e/ou uma experiência socialmente traumática, ou seja, aquela experiência que justamente se marca pela ausência de uma

narrativa organizada, porque a própria ideia de trauma envolve a dificuldade de uma construção narrativa sobre um episódio vivido. Então, eu entendo que a memória está intimamente ligada à capacidade de se construir representações e narrativas a partir de um evento, um processo vivido na realidade. Isso se pensarmos numa memória organizada, uma memória enquadrada, como se diz na teoria. É claro que um evento vivido pode gerar um conjunto de repetições e de representações um tanto desconexas. De valores que não necessariamente sejam narrados como tal. Então, também é uma dimensão um pouco mais desorganizada da memória na qual o evento não necessariamente se torna uma narrativa, mas está presente como uma experiência matriz. De todo modo, pra gente simplificar, na minha opinião, a memória enquanto um conjunto de lembranças organizadas de uma sociedade está intimamente ligada a uma narrativa.

* <http://historia.fflch.usp.br/docentes/marcosnapolitano>

3X22: Como foi construída a memória da Ditadura Militar no imaginário brasileiro?

M.N.: Como toda memória, é um processo social bastante complexo que envolve muitas interações e muitas mudanças ao longo do tempo. Eu tenho uma hipótese muito particular sobre esse processo: eu acho que ele se divide, a rigor, em quatro fases.

A primeira fase eu chamo de “experiências matrizes”, que vai de 1964, ou seja, do momento do golpe, até por volta dos anos 70. Neste período, nos primeiros dez anos do regime, é que as experiências vão se somando, se sobrepondo, se adensando e vão ganhando narrativas iniciais, representações iniciais que vão interagindo e vão construindo um primeiro sentido coletivo do que foi o golpe, do que foram os primeiros anos da ditadura, a vida cultural nos anos 60, a guerrilha, o AI-5 e a repressão. Eu diria que esses episódios marcam as “experiências matrizes”. Obviamente nelas, repito, já há uma dimensão de memória sendo construída, mas ainda de maneira muito frágil.

Num segundo momento, que vai de meados dos anos 70, mas que fica mais claro no final dos anos 70 - 78, 79 -, e que vai até meados dos anos 90, eu diria que se constrói uma primeira grande camada de memória organizada sobre a ditadura e que vai, efetivamente, construir uma memória, uma narrativa, muito crítica a ditadura, inclusive aprovada por setores que em 64 apoiaram o golpe, mas que em 79, 80, já estavam distanciados, como a imprensa liberal.

Nesse período se constrói uma narrativa crítica à ditadura, que vai ser uma mescla de vozes e perspectivas liberais que vão ficar muito assustadas, sobretudo,

com o AI-5 e com o sistema de censura à imprensa que a ditadura construiu e com o sistema de tortura - são grupos que vão, sobretudo a partir de 1974, se afastar da ditadura e vão construindo discursos críticos. Então, essa é uma camada de memória e narrativa importante. E um outro grupo que vem da esquerda, principalmente a esquerda comunista não armada. Esses grupos também vão construir uma narrativa bastante crítica. E até essa confluência um tanto quanto estranha, a princípio, entre liberais e comunistas, que vai se constituir em uma narrativa organizada sobre a ditadura e

“Não seguimos um caminho ortodoxo porque geralmente o caminho das comissões da verdade, dos processos da chamada justiça de transição, são verdade, justiça e reparação. Aqui nós tivemos reparação com alguma verdade e nenhuma justiça.”

eu acho que isso ocorre entre fins dos anos 70 e meados dos anos 90. É isso que chamo de consolidação da memória hegemônica sobre o regime. E que memória hegemônica é essa? É uma memória hegemônica pautada na crítica ao regime militar, a militarização, a censura e a tortura. E é um tanto quanto ambíguo, às vezes, porque é obviamente fruto de uma confluência entre dois grupos que não se entendem, que são os liberais e os comunistas, principalmente do antigo PCB.

Dessa confluência nasce o que eu chamo de uma memória hegemônica. É uma memória pautada na ideia de que a sociedade foi vítima do golpe, da ditadura e que resistiu a esse regime enquanto sociedade. Então, a resistência é o eixo dessa memória hegemônica.

A partir dos anos 90, acho que há uma terceira fase desse processo em que o estado brasileiro assume uma política de memória calcada na memória da resistência e na memória hegemônica. Que política de memória é essa? É uma política, portanto, de reparação das vítimas da ditadura.

E aí teríamos que fazer um parêntese porque o processo brasileiro de construção de uma política de memória sobre a ditadura foi muito peculiar. Não houve, no Brasil, uma comissão da verdade logo depois do fim do regime, como ocorreu em outros países. Aqui, a comissão da verdade foi muito tardia. No entanto, já havia uma memória crítica hegemônica que informou e influenciou uma memória do estado. Política de memória essa um tanto quanto tímida, muito mais calcada na reparação que na busca por verdade e justiça. O primeiro marco dessa política é a lei dos desaparecidos, de 1995, e a partir daí o estado brasileiro começa a desenvolver uma política de memória. Em 2002, por exemplo, há leis que permitem revisões da anistia e a busca por novas reparações. Em 2007, há o terceiro plano nacional de direitos humanos e o projeto memórias reveladas, já sob governo Lula e, depois, a própria instalação da comissão nacional da verdade em 2012, no governo Dilma. Então, se a gente for pegar esse período de 95 até 2012 e 2014, nós temos uma política de memória na qual o estado brasileiro, dialogando com a memória

hegemônica que já havia na sociedade brasileira, em setores sociais, em setores chave, como a imprensa, as artes e a universidade, por exemplo, desenvolve portanto uma política de reparação e de busca da verdade histórica.

Não seguimos um caminho ortodoxo porque geralmente o caminho das comissões da verdade, dos processos da chamada justiça de transição, são verdade, justiça e reparação. Aqui nós tivemos reparação com alguma verdade e nenhuma justiça. Então, é interessante esse caminho, mas de todo modo isso pauta uma política de memória articulada a aquela segunda fase que eu falei que é a construção da memória hegemônica. E atenção num ponto que eu acho que explica muito o momento atual que a gente vive. O fato de eu falar que a memória hegemônica na sociedade é uma memória crítica à ditadura não quer dizer que essa memória hegemônica seja uma memória da maioria. A gente não tem condições de dizer. Pode ser que a maioria da população brasileira não se reconheça nessa memória crítica ao regime. O fato é que a memória crítica ao regime, que eu chamo de memória hegemônica, ocupou lugares institucionais importantes, principalmente no sistema cultural, nas artes, no sistema educacional e na imprensa.

“O fato de eu falar que a memória hegemônica na sociedade é uma memória crítica à ditadura não quer dizer que essa memória hegemônica seja uma memória da maioria.”

corda Bota Tortura Repressao Cen
ensor Popular Militar Jornalista
orda Bota Repressao Arte Disput
Militar Apoio Disputa Imprensa A
ura Bota Apoio Censura Censor P
ura Oculos Ditadura Apoio Arte M
ular Militar Repressao Ditadura
ensura Popular Militar Jornalis
ortura Censura Apoio Arte Disput
memoria Repressao Ce
ornalis mprensa Cen
ortura Censura Jo
orda Bo Repressao
or Popu r Jornalist
epressa puta Impren
mprensa sor Memori
or Popu lista Corda
ditadura Apoio Arte Memoria Dispu
epressao Ditadura Censura Apoio
opular Militar Jornalista Corda
ensura Apoio Arte Disputa Impre
memoria Tortura Repressao Censur
ornalista-Arte Imprensa Censura
ortura Repressao Censura Jornali
orda Bota Tortura Repressao Censu
epressao Ditadura Censura Apoio



Censura Apoio Arte Disputa Imprensa
Memoria Oculos Tortura Jornalis
a Imprensa Censura Popular Ocul
Arte Censor Memoria Popular Dit
popular Jornalista Corda Bota To
memoria Disputa Imprensa Censor P
Censura Apoio Oculos Arte Impren
ta Corda Bota Memoria Corda Bo
ta Imprensa Censor Popular Milit



io Disputa
or Popular
ortura Repr
oio Arte Di
Tortura Jo
Popular Mi
Ditadura
ura Oculos



Impren
orda Bo
e Dispu
ensa Ce
orda Bo
o Dispu
ura Ce
o Censu

ta Imprensa Censor Popular Milit
Bota Arte Oculos Imprensa Censu
Bota Memoria Corda Bota Tortu
nsa Censor Popular Militar Ocul
a Apoio Disputa Didatura Impren
Censor Popular Militar Corda Bo
sta Tortura Repressao Arte Dispu
ura Apoio Arte Disputa Imprensa C
Bota Arte Oculos Imprensa Censu

3X22: *Hoje em dia vemos um constante negacionismo acerca de eventos que ocorreram na ditadura militar, e, até mesmo, celebrações de atores políticos e eventos autoritários do período. Isso poderia ser evitado se recordássemos mais o que ocorreu?*

M.N.: Eu tenho dúvidas se basta lembrarmos mais para evitarmos o negacionismo e o revisionismo. Eu acho que é um passado em disputa porque nos últimos anos emergiu na sociedade brasileira uma força. Grupos de direita e de extrema direita que não mais se vêm na narrativa hegemônica e na memória hegemônica sobre o regime militar. Memória essa construída a partir do eixo central da ideia de resistência. Portanto, esses grupos de direita e extrema direita simplesmente reivindicam que é preciso uma outra memória, porque esta memória, seja construída pelos liberais arrependidos, seja pela esquerda, não os contempla. Daí tem duas implicações: primeiro, um revisionismo - que não é bem um revisionismo historiográfico, mas ideológico.

A historiografia sempre busca revisões. Quando se encontra um novo conjunto documental, você necessariamente precisa rever o passado. Isso é saudável, mas o que eu acho que é problemático e que tem ocorrido é um revisionismo ideológico. Ou seja, “eu não aceito a explicação e o sentido que esse passado tem, pouco importam as fontes, pouco importam as evidências”. E daí pro negacionismo é um passo. Quer dizer, há uma diferença sutil entre ambos. O revisionismo ideológico não chega e negar o fato, mas ele nega o sentido comumente atribuído a esse processo.

O negacionismo nega o fato. Nega a existência de um processo histórico, por

exemplo, marcado por uma violência. Em relação a ditadura, nós temos pelo menos três negacionismos muito claros: o de que “não houve golpe de Estado” - o que houve foi uma tomada de poder legítima chancelada pelos poderes republicanos - isso é negacionismo, porque houve um golpe de estado precedido por uma rebelião militar. Como é que foi esse golpe e as articulações entre os atores políticos é outra coisa. Lembrando que golpe de Estado é um conceito, não uma opinião de alguém que não gosta do que aconteceu. Houve um golpe de Estado porque houve a derubada de um governo constitucional.

“Não sei se o problema é mais memória, mais lembrança, mas talvez a forma de lembrar e a forma de incorporar essas memórias no dia a dia das pessoas, das populações, dos grupos sociais.”

O segundo negacionismo que ocorre muito em relação ao período e que tem aparecido muito é de que “não houve ditadura; o regime não foi autoritário; não foi ditatorial.” Aí é complicado. A gente pode até matizar a complexidade do regime militar brasileiro, que realmente não foi uma ditadura personalista. Ou seja, ela foi ancorada em leis que eram leis de exceção, muitas vezes, leis duras. Havia uma complexidade burocrática nos processos de tomada de decisão, portanto não havia a figura do ditador

clássico. O que não quer dizer que não houve um regime autoritário tutelar de fato, que muitas vezes montava as leis conforme seus interesses políticos na repressão ou na tutela do tecido social do sistema político.

E o terceiro grande ponto que o negacionismo vem afirmando é que não houve tortura. “Não houve sistema de tortura; tortura foi um excesso; a tortura foram casos excepcionais cometidos por maus agentes do estado; excessos cometidos pelo porão mas que nunca foram pensados como política de estado.” Olha, as evidências apontam para uma política de estado sistêmica treinada e aprendida como método para combater a luta armada principalmente, mas não apenas a luta armada. Lembrando que os sistemas de tortura e de repressão paralegal atingiam também a opositores que não tinham pego em armas. O que não justifica também o uso para aqueles que pegaram em armas.

“Me parece que, portanto, não se trata de lembrar mais, mas de lembrar de maneira crítica.”

Então, é muito importante esses três negacionismos, que tem crescido nos últimos anos, sejam combatidos com historiografia, com conhecimento histórico. Porque você pode fazer revisões diversas, pode discutir as interpretações dos processos, mas fatos, sobretudo fatos que implicam claramente em políticas repressivas e políticas de violência de estado não podem ser simplesmente negados.

Então, não sei se basta lembrarmos mais. Eu acho que, como historiador, como leitor de jornal, como professor, o tema ditadura é muito discutido. O tema está nos jornais, está nos livros e materiais didáticos, está na mídia, está na indústria cultural. Ele é lembrado. Me parece que essas lembranças não são o suficiente para criar uma cultura democrática de massa na sociedade brasileira. Acho que esse é um outro ponto. Não sei se o problema é mais memória, mais lembrança, mas talvez a forma de lembrar e a forma de incorporar essas memórias no dia a dia das pessoas, das populações, dos grupos sociais. Me parece que certos grupos são absolutamente insensíveis a uma cultura política democrática calcada nessa revisão crítica do passado. Certos grupos entendem que a solução para os conflitos sociais ainda hoje passa pela opção autoritária e pela violência de Estado. Basta a gente ver como tem qualquer discussão sobre criminalidade: “Mais polícia, mais polícia, mais violência”. É isso que a sociedade demanda. Então, eu acho que isso se espelha também nesse culto ao autoritarismo como solução para os conflitos sociais. Nesse culto há uma tutela em cima em relação à sociedade que é vista por esses grupos autoritários como indefesa, como sujeita à corrupção, à violência. Me parece que, portanto, não se trata de lembrar mais, mas de lembrar de maneira crítica.

Quando eu falo de lembrar de maneira mais crítica, eu acho que isso envolve também um processo que talvez não tenha sido complementado de reconstrução das bases de um Estado democrático. Porque se acusa muito a sociedade brasileira de não ter memória, de não lembrar ou de não discutir a ditadura como deveria... acho que isso em parte

é verdade. Há razão nessa crítica, mas eu acho que houve também uma dificuldade em certos setores do Estado, do sistema político, jurídico e de segurança, em romper com o sistema autoritário. Em romper e fazer uma crítica profunda àquilo que nos levou ao golpe e à ditadura. Como a nossa transição política foi muito pactuada, muito negociada, muito transacional, de maneira muito suave, e isso obviamente evitou guerra civil, evitou uma série de traumas que uma sociedade passa quando ela rompe abruptamente com um regime, por outro lado isso foi permitindo também que certos valores autoritários não fossem suficientemente criticados e expurgados do coração do Estado.

“...eu diria que em alguns nichos a mentalidade continua autoritária. A mentalidade continuou, ainda no fundo, justificando e não expurgando os elementos que os levaram a crise de 64 e à própria ditadura.”

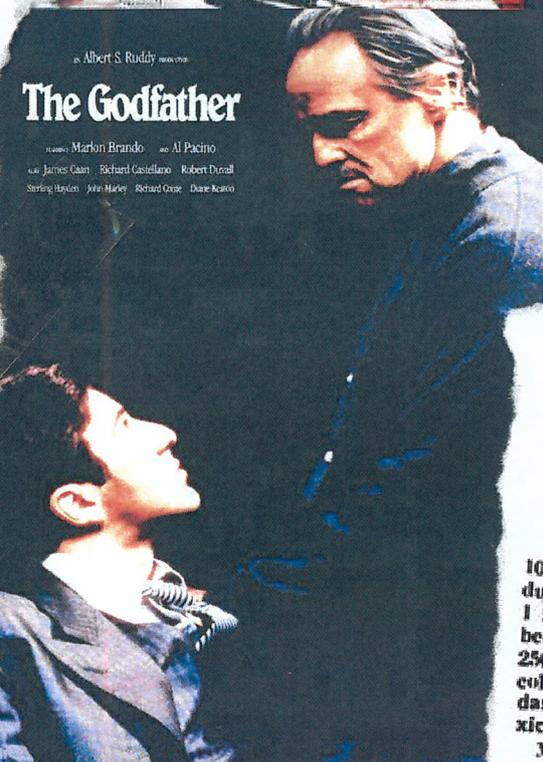
Parece-me que, seja no campo de algumas leis, seja no campo de segurança pública, seja no campo da educação, não houve efetivamente uma reconstrução do aparato de Estado para que se desenvolvesse uma nova memória, um novo conjunto de práticas desses atores políticos que permitissem que a sociedade entendesse a democracia como algo substancialmente diferente da di-

tadura. Então, por exemplo, para quem sofre a violência policial hoje, qual o sentido em você falar da violência policial nos anos 70, como se estivesse localizada apenas naquele momento? É muito comum você ouvir sobretudo jovens de periferia dizendo: “olha, ditadura na periferia nunca acabou”. Veja, é claro que eu não estou endossando essa visão, porque é muito simplista, mas de todo modo é uma experiência de pessoas que você chegar lá e dizer “olha, nos anos de chumbo se prendiam pessoas, se torturavam pessoas, se executavam pessoas”, ele vai dizer “bom, e hoje? Em algumas parcelas da sociedade isso não acontece?”.

Então, eu acho que essa reconstrução do Estado, sobretudo no campo jurídico, no campo das políticas públicas, não foi complementada. Eu acho que a constituição de 1988 foi muito importante, ela apontou para um novo tipo de Estado, ela apontou para o Estado como uma agência de cidadania. Isso foi muito importante, isso tem que ser defendido hoje em dia, mas eu diria que em alguns nichos a mentalidade continua autoritária. A mentalidade continuou, ainda no fundo, justificando e não expurgando os elementos que os levaram a crise de 64 e à própria ditadura. A começar pela ideia de que o Estado é que tem que tutelar a sociedade, que vale tudo pra você combater corrupção, que vale tudo pra você combater a violência e a criminalidade. A mentalidade das pessoas, se continuar dessa maneira, pode nos levar a um novo regime autoritário.

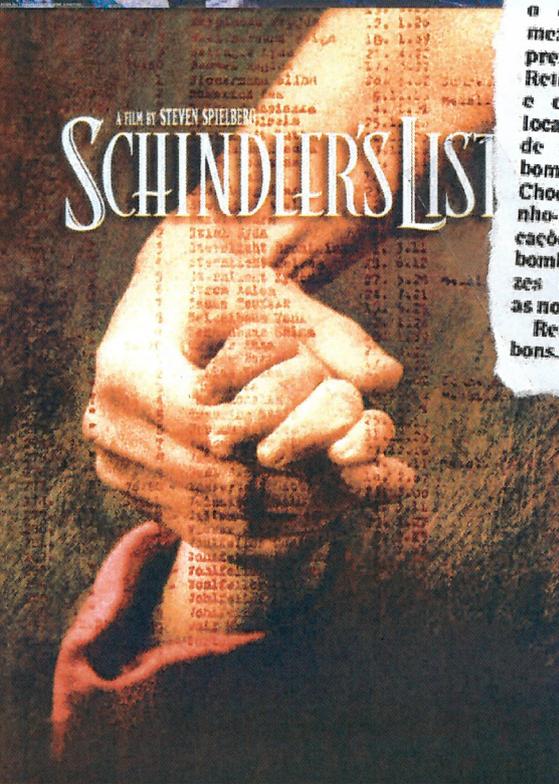
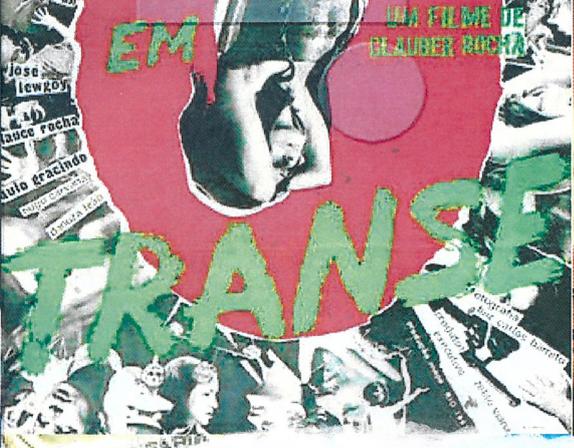
Marcos Napolitano é professor de História do Brasil Independente da FFLCH-USP e docente-orientador no Programa de História Social pela mesma instituição..

um quilo de carne
em uma colher (chá)
pimenta a vontade.
Os bifês de 2,5 cm
de altura e frite em man-
teiga o fogo moderado
por 10 minutos de cada
lado. Quanto isso, corte
em grande em seis
pedaços para uma lata de
conserva, escorra e reserve.
Refogue as fatias
de carne e os cogumelos
em uma colher (sopa) de
azeite de milho durante uns mi-
nutos e apimente.
Monte os hamburgers so-
bre os pães molhados.
Cubra com as
fatias de carne e co-
meça a preparar o
molho. (dá para
fazer mais).



The Godfather

dirigido por Albert S. Rudolph
com Marlon Brando e Al Pacino
com James Caan, Richard Castellano, Robert Dornall,
Sterling Hayden, John Marley, Richard Conte, Diane Baker



SCHINDLER'S LIST

A FILM BY STEVEN SPIELBERG

1	1940	1.100
2	1941	1.200
3	1942	1.300
4	1943	1.400
5	1944	1.500
6	1945	1.600
7	1946	1.700
8	1947	1.800
9	1948	1.900
10	1949	2.000
11	1950	2.100
12	1951	2.200
13	1952	2.300
14	1953	2.400
15	1954	2.500
16	1955	2.600
17	1956	2.700
18	1957	2.800
19	1958	2.900
20	1959	3.000
21	1960	3.100
22	1961	3.200
23	1962	3.300
24	1963	3.400
25	1964	3.500
26	1965	3.600
27	1966	3.700
28	1967	3.800
29	1968	3.900
30	1969	4.000
31	1970	4.100
32	1971	4.200
33	1972	4.300
34	1973	4.400
35	1974	4.500
36	1975	4.600
37	1976	4.700
38	1977	4.800
39	1978	4.900
40	1979	5.000
41	1980	5.100
42	1981	5.200
43	1982	5.300
44	1983	5.400
45	1984	5.500
46	1985	5.600
47	1986	5.700
48	1987	5.800
49	1988	5.900
50	1989	6.000
51	1990	6.100
52	1991	6.200
53	1992	6.300
54	1993	6.400
55	1994	6.500
56	1995	6.600
57	1996	6.700
58	1997	6.800
59	1998	6.900
60	1999	7.000
61	2000	7.100
62	2001	7.200
63	2002	7.300
64	2003	7.400
65	2004	7.500
66	2005	7.600
67	2006	7.700
68	2007	7.800
69	2008	7.900
70	2009	8.000
71	2010	8.100
72	2011	8.200
73	2012	8.300
74	2013	8.400
75	2014	8.500
76	2015	8.600
77	2016	8.700
78	2017	8.800
79	2018	8.900
80	2019	9.000
81	2020	9.100
82	2021	9.200
83	2022	9.300
84	2023	9.400
85	2024	9.500
86	2025	9.600
87	2026	9.700
88	2027	9.800
89	2028	9.900
90	2029	10.000

DOCES

BOMBOM MINEIRO

1 lata de Leite
100 g de queijo de Minas duro, ralado (1 xíc. chá)
1 Xicara (chá) de passas embebidas em rum (100g)
250 g de Cobertura de Chocolate com Leite nozes moídas grosso ou picadas (1 xíc. chá).

Misture o Leite Moca com o queijo e leve ao fogo, mexendo sempre, até desprender do fundo da panela. Retire do fogo, deixe esfriar e enrole em bolinhas, colocando uma passa no centro de cada bolinha. Passe os bombons pela Cobertura de Chocolate dissolvida em banho-maria (veja as indicações do texto). Decore os bombons com pedacinhos de nozes ou polvilhando-os com as nozes moídas.

Rendimento: 30-35 bombons.

BOMBOM DE CÔCO

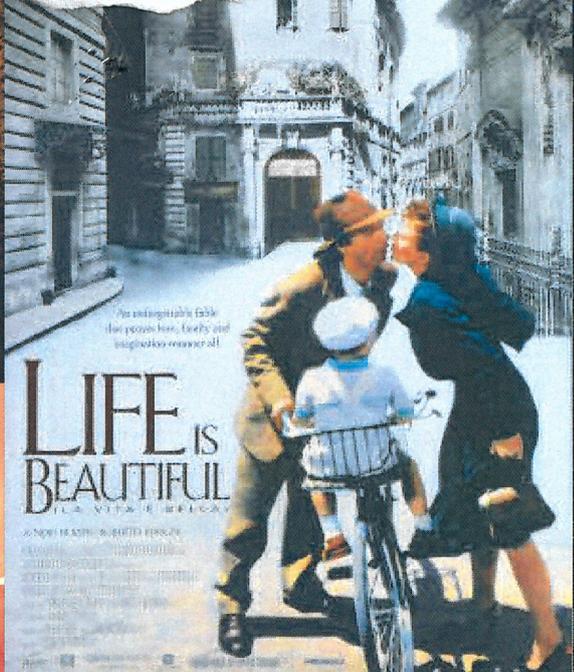
1 coco ralado
1 lata de Leite
1 colher (sopa) de manteiga
1 clara sem bater
300 g. de Cobertura de Chocolate com Leite.

Misture os 3 primeiros ingredientes e leve ao fogo mexendo sempre, até que a massa se desprenda da panela. Retire do fogo, acrescente a clara sem bater e deixe esfriar. Enrole em bolinhas e passe-as a seguir pela Cobertura de Chocolate preparada segundo as indicações da embalagem. Quando, decore os bombons antes de passá-los pela cobertura, com pedacinhos de cerejas ou nozes.

Rendimento: 45-50 bombons.



CIDADE DE DEUS



LIFE IS BEAUTIFUL



O QUE É ISSO, COMPANHETRO?



THE PASSION OF JOAN OF ARC

An Immortal Screen Classic that will live forever WITH MELLE. FALCONET The World's Most Outstanding Screen Artist

Cinema e Política: Um Relacionamento Complexo

ENTREVISTA
COM MAURÍCIO CARDOSO

Professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo, Maurício Cardoso concedeu uma entrevista ao BOLETIM 3X22 sobre um tema conflituoso que deixa para trás muitas obras dramáticas: o relacionamento do cinema com a política. Pegue lenço e pipoca, se aconchegue na poltrona e aproveite o show.

3X22: Para começar, qual a relação do cinema, e da arte em geral, com tempos revolucionários e/ou tortuosos?

Maurício Cardoso: Eu penso que o cinema e arte em geral têm na história papéis fundamentais nos processos revolucionários e em tempos de crise e de conturbação política. Em primeiro lugar, muitas vezes é na experiência artística que se antecipam questões que estão presentes no mundo social. Acho que o cinema, e a literatura também, tem esse papel de explicitar muitas vezes aquilo que na revolução russa chamavam de “novo homem”, isto é, um surgimento de um novo tipo de homem e mulher; papel também este de explicitar novas aspirações, desejos e necessidades de experiências sociais distintas daquelas que as pessoas estão vivendo no momento.

Em segundo lugar, acho que as artes acabam também orientando os processos

revolucionários; orientar esses novos comportamentos e expectativas que se produz numa sociedade que está vivendo um processo revolucionário. Por exemplo, se pensarmos no cinema cubano, ele será um cinema que falará muito sobre sua revolução durante 30 anos, apontando as vezes de forma crítica, mas muitas vezes de forma a orientar aquilo que seriam os gestos revolucionários e a perspectiva que se espera. Ao mesmo tempo, muitas vezes pelo cinema, pela literatura e pelas artes plásticas que se constrói uma determinada história e memória sobre a experiência pregressa. Se pensarmos, como exemplo, nos muralistas mexicanos, embora não tivessem vivendo um processo revolucionário, eles viviam um processo de grande efervescência política no México e vão caracterizar nos grandes murais de Diego Rivera e de David Siqueiros toda a cultura mexicana na perspectiva de uma retomada de tra-

dições indígenas e de uma integração, às vezes harmoniosa, às vezes tensa, entre diferentes populações que estavam presentes no contexto mexicano dos anos 40.

Ademais, é possível falar de um terceiro movimento importante. Estados revolucionários que se tornam estáveis, passado anos da revolução russa ou da revolução cubana, ou de outras revoluções, passam a tentar controlar as produções artísticas. Há também um esforço do Estado para transformar o cinema, a literatura, as artes plásticas em fontes de propaganda. Tem uma frase clássica do Lênin dizendo a importância que o cinema tinha como instrumento de divulgação ideológica - “o cinema é arte mais importante”. Há então, por exemplo, a produção na Rússia de um tipo de estética conhecida como o realismo socialista que vai se tornar, muitas vezes, uma arte empobrecida pela necessidade de se fazer propaganda política. Por outro lado, a propaganda política também foi feita em Estados liberais, como os EUA que usou e abusou do cinema hollywoodiano para fazer propaganda de guerra durante a 2ª Guerra Mundial.

3X22: Como que o cinema ajuda a compreender diferentes épocas do século passado e do atual, como, por exemplo, a ditadura militar?

M.C.: O cinema é uma expressão cultural bastante complexa. Ele explicita de uma forma nítida nossa experiência do século XX. O cinema é uma arte, ao mesmo tempo que é um produto cultural; ele está num jogo estético muito específico, como a literatura e as artes plásticas, mas também está muito articulado, e muitas vezes aprisionado, pelas condições de uma produção cultural na cultura de massas. Fazer filmes é muito caro, exige recursos

imensos até para fazer obras simples; são gastos muito maiores do que, por exemplo, escrever um livro de poesia. Isso faz o cinema um objeto muito complexo. Quando pensamos “como o cinema pode ajudar a compreender os processos históricos”, acho que a pergunta inicial que devemos fazer é “Qual cinema?”.

Temos uma produção muito vasta de filmes chamados “históricos” que nem sempre contribuem para uma interpretação mais complexa do processo histórico. Se pegarmos essa produção de cultura de massas, como *Gladiador*, *Titanic*, *Doze Anos de Escravidão*, são filmes que possuem temáticas históricas marcadas por um gênero cinematográfico de grande público que é o drama ou o melodrama. Esse gênero coloca em cena forças morais, e não forças históricas. Você tem nesses filmes uma polaridade entre um protagonista e um antagonista, uma ideia de mocinho e bandido. Acontece que, geralmente, essas forças morais são distribuídas nos processos históricos e nas forças políticas inseridas nesses processos. Se você pensar, por exemplo, nos filmes e séries sobre Roma, é muito comum que os imperadores romanos sejam caracterizados como crápulas horríveis; homens inescrupulosos que matam a mãe e os irmãos - no próprio *Gladiador* o sujeito mata o pai. Ao mesmo tempo que isso acontece, os heróis são retratados e marcados por valores que são absolutamente contemporâneos - valores como a família, o amor, a coragem. Uma série de princípios que retiram do processo histórico a complexidade que ele tem. Nesse tipo de filme, é mais difícil a gente explorar os conhecimentos que ele poderia oferecer a nós.

No entanto, o cinema possui, como disse, muitas variações. Há um tipo de cinema



O filme Encouraçado Potemkin (1925), do cineasta Sergei Mikhailovich Eisenstein, foi uma das principais obras do cinema russo da década de 20 e trouxe grandes discussões sobre a política soviética.



Foto: Reprodução/Janus Films



Os filmes Danton - O Processo da Revolução (1983) e O Que É Isso, Companheiro? (1997) são dois exemplos de obras que influenciaram o debate público e historiográfico sobre determinado período.

Foto: Reprodução/RioFilme



Quando pensamos “como o cinema pode ajudar a compreender os processos históricos”, acho que a pergunta inicial que devemos fazer é “Qual cinema?”

que é feito por intelectuais da arte, cineastas que possuem a perspectiva de intervir num certo debate de interpretações. Às vezes esses cineastas até fazem filmes para o grande público, contudo sempre muito preocupados com uma explicitação de um tipo de interpretação. Ele vai contar, então, uma narrativa histórica, mas ele vai interpretar essa narrativa de uma forma que permite ao filme entrar no debate com os historiadores que também estudaram aquele período. Darei dois exemplos: o primeiro dos exemplos é de um filme dos anos 80 feito pelo polonês Andrzej Wajda chamado Danton - O Processo da Revolução (1983). É um filme que narra acontecimentos absolutamente dramáticos da Revolução Francesa, o chamado “Período do Terror” (1793-1794), e vai colocar em cena o debate da assembleia nacional, particularmente, o debate entre o Danton e o Robespierre, duas figuras históricas de elevada importância. O filme defende uma posição que está no debate historiográfico acerca do papel que cada um desses personagens teve no desenrolar dos acontecimentos. Foi um filme de grande público na França e na Polônia; no Brasil foi muito assistido, inclusive eu assisti quando era aluno de colegial e ainda sei de professores que ainda passam o filme em aula para explicar o que foi a Revolução Francesa. Quando o filme foi lançado, o debate que se gerou foi imenso a respeito disso, ao

ponto do historiador americano Robert Darnton e outros historiadores especializados na Revolução Francesa escreverem sobre o filme.

Um outro exemplo, talvez de perspectiva oposta em posição ideológica, é um filme brasileiro chamado O Que É Isso, Companheiro? (1997). Um filme que foi muito polêmico e criticado porque ele narrava a história do sequestro de um embaixador norte-americano por dois grupos de guerrilha revolucionária no Brasil durante a Ditadura Militar. Ele defendia uma certa posição dentro do filme que era uma polarização entre duas personagens com consciência em crise, um revolucionário e um torturador, que criticam o modo de atuação dos grupos a que pertenciam. Um personagem que sequestra um sujeito e não acha isso muito legal, e um outro que tortura que também não gosta muito da ideia. Isto cria uma ideia de equivalência. O filme acabou colaborando para um tipo de memória da ditadura que claramente argumenta a favor de uma interpretação de um período muito conturbado, um período de muitas tensões, que “estávamos em guerra, e os dois lados se excederam; que houve crimes perpetrados pelos guerrilheiros e pelos militares”. Argumenta que a Ditadura Militar era muito mais importante do que isso, portanto o que aconteceu nos porões da Ditadura “não era o que se definia como um Estado ou um governo, então deveria existir perdão tanto os torturadores como os guerrilheiros”. Evidentemente que isso é uma posição oposta àquela que boa parte da historiografia e da memória de quem viveu o período tem discutido; posições essas que afirmam, muito claramente, que o Estado teve uma posição e uma ação muito desigual em relação aos atos dos guerrilhei-

ros. O filme entra justamente para negar essa visão dominante, afirmando que teria sido um grande engano, que se errou dos dois lados e, por conseguinte, com o avanço do tempo, deveríamos deixar essa memória para trás como um “aprendizado bacana”.

Então, posso dizer que o cinema tem esse poder de apresentar na forma de uma narrativa audiovisual uma interpretação sobre o processo histórico; uma maneira de compreender, daquele cineasta e daqueles que participaram da produção do filme, dado período. Isso entra no debate da historiografia. Você tem autores que vão muitas vezes trazer os filmes para o debate; porém, entra principalmente, e particularmente acho isso mais interessante, em um debate social que movimenta as pessoas sobre o que foi determinado período, evento ou personagem da história.

3X22: Você acredita que o cinema, e arte como um todo, é uma forma de resistência frente a governos autoritários?

M.C.: Acredito que o cinema e o audiovisual, em geral, têm um papel fundamental na resistência cultural e política em governos autoritários. Historicamente, isso está presente em vários momentos. Se formos pensar no Brasil, acho que a experiência da ditadura militar traz para nós um papel fundamental do cinema, do teatro e, em certa medida, da literatura como uma forma de se contrapor a visão de Estado e sociedade, muitas vezes, hegemônica em um regime militar - a Ditadura Militar contou com apoio social, isso é algo importante pra gente pensar. O cinema e o teatro, principalmente, traziam visões opostas a essas visões hegemônicas. Podemos pensar, por exemplo, tanto no Cinema Novo quanto no Teatro de Arena como experiências muito ricas; como expressões esteticamente ricas ca-

pazes de novas elaborações, de incorporação de tradições europeias e norte-americanas traduzidas para cultura e realidade brasileira.

Igualmente, é possível notar que o Teatro Oficina e depois os desdobramentos do Cinema Novo, como o Cinema Marginal, foram muito radicais em sua crítica não na política em seu sentido estrito da palavra, ambos não trabalhavam as temáticas da política no sentido que o Cinema Novo trabalhou, mas sim com a crítica na dimensão do comportamento. De certa forma, se o Cinema Novo e o Arena formam a resistência a aquilo que existia de uma opressão do Estado, de uma opressão capitalista, pra gente pensar em termos mais amplos, que incidia mais particularmente na organização da política, o Oficina e o Cinema Marginal vão incidir sobre esse universo, que estava presente também na Ditadura Militar, das carolas, isto é, o universo conservador da moral - que hoje pode ser traduzido pelas absurdas expressões, por exemplo, da ministra Damares de que “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”.

...o cinema tem esse poder de apresentar, na forma de uma narrativa audiovisual, uma interpretação sobre o processo histórico; uma maneira de compreender, daquele cineasta e daqueles que participaram da produção do filme, dado período.

Naquele contexto, você não tem gestores da política tão despreparados e tão sem-noção como os de hoje, mas tínhamos

uma ditadura que se assentava numa base internacionalizada na economia com um discurso nacionalista e, principalmente, com uma prática moral muito marcada pelo conservadorismo. Quando estudamos a censura que se estabeleceu sobre cinema, literatura e teatro, uma parte da censura é política, porém uma outra parte é uma censura contra palavrões, por exemplo; contra certas insinuações de relações sexuais, de alguma sensualidade mais provocativa. O Cinema Marginal agiu muito nessa direção, ele trouxe o grotesco e o esculacho, o filme mal feito, personagens com figurinos próximos a figuras como a prostituta, o cafetão, do malandro, do vagabundo; essas figuras marginais que eram a antípoda do estereótipo padrão que se esperava de um cidadão que trabalhava e se comportava decentemente, constituindo uma família - as personagens do Cinema Marginal vão justamente ser o contrário disso.

O Oficina também é maravilhoso em sua iconoclastia. Sua capacidade de destruir imagens e transformar tudo em uma carnavalização bastante crítica e corrosiva, em que o público é chamado a se constrianger. O teatro de Zé Celso não constriangia a ditadura, mas sim o espectador ao dizer “Você é um conservador e não percebe quanto esse conservadorismo teu colabora com um regime de opressão capitalista ser o que é”. É de uma radicalidade imensa.

Acho que as artes tiveram esse papel e têm ainda hoje quando a gente pensa na difusão de meios de produção do audiovisual, nessa possibilidade de você produzir um vídeo com seu próprio celular e jogar na internet. Se de um lado, você tem hoje uma proliferação de bobagens, coisas que normalmente não assistiríamos se não fosse pela internet. De um

outro lado, a capacidade de comunicação que temos hoje se ampliou absurdamente. Cada manifestação política que ocorre desde 2000, se pensarmos num movimento antiglobalização, foram registradas em celulares e em pequenas câmeras; foram editadas por coletivos e núcleos de produção com pouquíssimos recursos, porém, que são capazes de produzir uma resistência porque alimenta nas pessoas que estão atuando um sentimento de pertencimento. Não vemos essas movimentações na grande mídia e no grande cinema, mas quando você que participou de uma manifestação em São Paulo vê uma série de vídeos daqueles que participaram em manifestações em Belo Horizonte, em Porto Alegre, no Rio de Janeiro você se sente parte de um coletivo muito maior. Isso alimenta nossa força. Alimenta a crença que tem mais gente lutando com você.

Acredito que o audiovisual possui esse papel também, um papel catártico que te coloca diante de uma narrativa editada e bem montada que é capaz de te alimentar a continuar resistindo a uma situação de opressão, seja ela de um regime ditatorial, seja ela a opressão que vivemos em um Estado cuja a democracia nunca foi forte e hoje, mais do que nunca, está fragilizada chegando próximo a quase um Estado de exceção.

Maurício Cardoso é professor do departamento de História da FFLCH/USP . Possui doutorado sobre o Cinema de Glauber Rocha pela USP e pela Université Paris X - Nanterre.

Um Gigante na Sala de Estar

POR NORBERTO DE ASSIS

Amarrando lenços ao redor da cabeça, pessoas se preparavam para uma batalha. Pinceladas em cartazes, frases com tom de revolta, sentimento coletivo de colocar abaixo aquilo que representava por anos e anos a angústia de um povo. 20 gotas d'água foram necessárias, por mais contraditório que isso poderia parecer, para inflamar um pequeno grupo, que depois de alguns dias frente a uma intensa repressão tornou-se colossal. “O Gigante Acordou”, em referência à enorme pessoa de um país que se dizia ser cordial e passivo. O abalo do gigante se levantando foi sentido em todo lugar, abalo que poderia explicar o porquê de ruas aparecerem destruídas no dia seguinte a passagem do(s) gigante(s). Na mesmo episódio, contudo, apareceram gigantes cordiais que se expressaram com gritos contra quaisquer violências. Entre gelo e fogo, a fumaça pairava o Brasil em junho de 2013. Por conta da opacidade provocada por esse movimento diverso, colocaram-se muitas questões, dentre elas a seguinte: o gigante realmente acordou ou ele sempre foi um “gigante” na sala de estar brasileira, isto é, estava lá o tempo todo e apenas nos negamos a falar sobre ele?

Que as jornadas de 2013 marcaram a história recente brasileira ninguém nega. Porém, as consequências dessas mobilizações ainda são muito nebulosas. Sem querer entrar a fundo nesse assunto espinhoso, quero falar sobre um aspecto: a dimensão simbólica das mobilizações. Num sentido mais restrito, é possível que as jornadas de junho tenham sido o grande estopim para a identificação de uma maneira “nova” do brasileiro se portar. “Nova” justamente porque grandes mobilizações populares não são novidade na história brasileira. Na verdade, só parecem que são novas pois não falamos muito sobre as antigas. O filósofo e professor Vladimir Safatle citou alguns exemplos em uma coluna de jornal: Cabanada, Revolta de Carrancas, Cabanagem, Revolta dos Malês, Sabina-da, Revolta do Quebra-Quilo, Revolta do Vintém, Canudos, Revolta da Chibata, Contestado, Coluna Prestes, Luta armada contra a ditadura de 1964. Basta voltar um pouco para perceber que são muitas revoltas no passado recente do Brasil que não são comentadas, muitas vezes a favor de uma ideia de brasileiro pacato e passivo - pouquíssimo tempo antes das jornadas de junho de 2013, aliás, já estavam ocorrendo diversos outros protestos com milhares de pessoas que não tiveram tanta repercussão. Aconte-

ce que 2013 marca um novo paradigma. Ocorre uma guinada nos pensamentos das pessoas acerca das manifestações na rua. Ao menos por parte delas.

Existe um termo filosófico e sociológico chamado doxa que mobiliza uma ideia de crença comum construída socialmente. Explico: doxa seria uma visão, quase como um “senso comum”, compartilhada sobre determinado assunto ou evento social que é criada não por mim ou por você, mas socialmente. Um bom exemplo de criação de doxa vem da imprensa; eles moldam a opinião pública e criam inconscientemente, às vezes conscientemente, uma visão que seu público irá compartilhar, independente de ser alguma coisa verdadeira ou não. Essa crença afeta totalmente o modo que observamos certos fenômenos. Quando essa crença é compartilhada por muitas pessoas, é muito comum vermos uma mobilização, como protestos a favor de determinada demanda social, por conta dessa doxa. Mas, afinal, porque eu estou falando de doxa? E o que isso tem haver com os protestos de 2013? Em minha opinião, o que ocorreu a partir das Jornadas de Junho foi uma revolução simbólica em como vemos o protesto de rua, ou uma mudança de doxa sobre a percepção desses protestos.

A percepção de como vemos os protestos e a ocupação das ruas mudaram muito de 2013 para cá e o perfil das mobilizações de certa forma também. Antes, poderia se advogar que a grande parte dos protestos eram norteados por grupos sociais específicos, como os sindicatos e legendas políticas, com pautas bem delimitadas. Em 2013 ocorre uma grande mudança, apesar de começar como um movimento bem definido - os primeiros protestos de junho foram chamados pelo Movimento Passe Livre que buscava o

benefício da passagem gratuita no transporte público da cidade de São Paulo -, nos dias subsequentes, segundo o cientista político André Singer, o movimento se tornou um arco-íris ideológico, reunindo nas ruas desde da extrema-esquerda até grandes frações da direita. Essa ruptura demarcou a percepção do brasileiro sobre ir para as ruas. Aliado a isso, um novo perfil de pessoa marca aqueles que hoje em dia vão às ruas. Um tipo de perfil diferente demograficamente e ideologicamente. O arco-íris que marcou o ápice dos protestos de 2013 está representado nas ruas brasileiras, porém em movimentos diversos. Se antes, protestar parecia ser algo que era feito apenas por pessoas ligadas a sindicatos ou a um público majoritariamente universitário e jovem, vemos que a amplitude daqueles que participam aumentou muito e, conseqüentemente, ocorreu uma mudança na crença social das pessoas com relação a protestar e da passividade do brasileiro. O gigante adormecido tinha acordado para algumas pessoas, porém ele já estava até tomando café para muitos outros antes de 2013.

No entanto, mesmo que ele estivesse acordado para muitos, para opinião pública geral não estava. Aqui está o ponto-chave: 2013 trouxe essa nova visão, uma nova doxa acerca do caráter do brasileiro. Os protestos e a ocupação das ruas estão ficando cada vez mais rotineiros, tanto pela esquerda quanto pela direita. Exemplos não faltam nos últimos 6 anos e acredito que a tendência seja continuar dessa forma. Parece-me que finalmente notamos o gigante na sala-de-estar, acordado ou não.

Norberto de Assis é graduando em Ciências Sociais pela FFLCH/USP.

Revolução Caraíba e Democracia Selvagem

COLABORADORES
POR MATHEUS ÁVILA

Revolução, muito se fala dela, mas pouco a compreende enquanto tal. Anos recentes vimos pessoas lembrando do Golpe empresarial-militar de 1964 como se fosse uma “revolução política democrática”, antes de compreender o que é “revolução”, vamos entender o que ela não é: revolução não é golpe. Isso pode parecer óbvio, mas qual é o critério para se definir um ou outro? Pois bem, é a correlação de forças e a origem dessas forças.

Isso é, as revoluções sempre são um movimento, subjetivo e objetivo, em que uma classe ou coalizão de classes ascende, em nome de interesses gerais, segundo as possibilidades concretas de cada momento, para modificar ou suprimir a situação presente, determinando mudanças de atitude no exercício do poder pelos atuais titulares e/ou impondo o advento de novos mandatários. Um golpe é justamente uma “contrarrevolução”, isso é, ela é feita pelas classes dominantes que, com receio de declinarem, bloqueiam o movimento ascendente o suprimindo antes de se efetivar. Ou seja, se bem notado, um golpe sempre ocorre em “reação” a uma revolução que está para acontecer ou acontecendo. Uma revolução, nesse aspecto, é um conceito político, é um

processo que visa modificar ou transformar a ordem política, modificando os atores sociais que se beneficiam dela.

Existe ao menos duas concepções de revolução, uma “voluntarista”, ou seja, “a revolução é algo que se faz”, e outra, “historicista”, ou seja, “a revolução é um processo que acontece e se desdobra em vários períodos”. A concepção de revolução voluntarista é mais adequada para períodos históricos em que o poder estava expresso na pessoa do soberano, onde para fazer uma revolução, bastava você tirar o soberano do trono e colocar outro (o período renascentista é um bom exemplo). Numa sociedade moderna, o poder se despessoaliza, e se torna uma máquina burocrática de coerção e governança (Estado Moderno), num contexto desse, a concepção historicista de revolução é mais adequada, pois permite captar o processo de transformação da ordem política por meio de suas alterações na máquina.

Em termos tipológicos, existe ao menos 3 tipos de revolução: 1) circularidade de elites; 2) derrocada e 3) revolução assumida.

1) A circularidade de elites é o modelo estudado pelo economista Vilfred Pareto para descrever o processo de que elites (sejam elas políticas, econômicas, reli-

giasas e etc) incorporam líderes de certas bases sociais, e ao incorporarem, modificam o equilíbrio da ordem social, a expandindo para outra ordem invés de destruí-la. Um exemplo canônico no Brasil foi a Proclamação da República em 1889, em que os escravocratas, então aliados da família imperial, com a abolição da escravidão, rompem com o mandato imperial e assumem então elas o papel de classe dirigente no modelo republicano se aliando com pequenos setores militares, que seriam nos primeiros anos da república, seus primeiros governantes.

2) A derrocada do poder ou a insurreição é (a) o assalto armado ao poder, que, uma vez bem-sucedido, (b) implica a deposição e às vezes liquidação física de governantes, como passo preliminar para (c) a instauração de novo regime em nome de interesses sociais negados. Geralmente esse é o modelo mais comum na mente das pessoas quando se pensa em revolução. Um exemplo canônico disso é a Revolução Francesa, em que a burguesia urbana comercial francesa aliada com os *sans culotes* derrubaram a nobreza e o clero no poder. Outro exemplo é a Revolução Americana. No Brasil, tivemos muitas tentativas de insurreições, todas falhas: as quarteladas de 1922 e de 1924, o levante paulista de 1932, a tentativa comunista de 1935, a integralista de 1938 e até mesmo certos grupos de guerrilha durante os anos 70 na ditadura.

3) A revolução assumida é aquela que um círculo dominante realiza atendendo a reivindicações de camadas sociais radicalizadas, mas no interesse do desenvolvimento de possibilidades contidas ainda na vigente ordem social. Sua efetivação real não implica derrocada, porque é concessão, outorga dos que se encontram no poder e nele continuam. Pode implicar

circulação de elites, mas não necessariamente. O exemplo canônico é a Revolução Gloriosa na Inglaterra no século 17, em que os “landlords”, percebendo a ascensão da burguesia urbana, preferiu ela se “aburguesar” e se manter no limite, do que tentar reprimir essa ascensão com o perigo de sofrer uma derrocada, prova é que a família real britânica até hoje está no poder. No Brasil, em parte, a abolição da escravidão foi uma revolução assumida, visto que o Brasil era o último país na época a ter escravos e nos últimos anos do império as revoltas escravas estavam cada vez mais violentas, o império foi forçado a fazer isso com medo do país convulsionar (porém, adiou o inevitável, caiu 1 ano depois...). A própria Era Vargas, guardada certas proporções, foi uma revolução assumida, visto que até hoje, grande parte do que temos de administração pública, instituições sociais e etc, vieram dessa época e beneficiaram os interesses da totalidade do país.

Mas faltou falarmos de um quarto tipo de revolução, a “revolução social”. A revolução social é uma revolução de tipo “socialista”, foi idealizada por Marx e Engels no Manifesto Comunista como: o movimento da imensa maioria no interesse dessa mesma maioria. Se todas as revoluções até aqui foram nos interesses de minorias em detrimento da maioria (por isso serem revoluções políticas), a revolução defendida pelo Marx é de tipo social, não é só de transformação da ordem política, é de transformação da sociedade mesma e com a intenção final de abolir a política (a dominação de classes sociais). O exemplo canônico desse tipo de revolução (que até os dias de hoje, nunca foi bem-sucedida plenamente, apesar de já ter estourado esporadicamente na história várias vezes) foi a Comuna de Paris. Marx entendia a peculiaridade dessa re-

volução social, ao contrário das demais revoluções que apenas adentraram ao Estado e o transformaram, o fato de que a Comuna (assim como muitas outras experiências: os soviets russos, a Revolução Húngara, a Revolução Portuguesa, Maio de 68, a Revolução Polonesa e etc) foi uma “Revolução contra o Estado”... Contra-o-Estado assim como o livro homônimo de Pierre Clastres: a Sociedade contra o Estado, em que o autor descreve de forma geral a característica essencial das sociedades “selvagens” (ameríndias): elas são sociedades de povos “sem fé, sem lei e sem rei”. Pois, sem fé, eles não acreditam cegamente no que lhe falam; sem lei, eles não obedecem às tábuas de mandamentos; e sem rei, eles não servem a ninguém a não ser eles mesmos. Contra-o-Um (Estado, Capital, Deus e etc), assim poderia também ser traduzido essa noção essencial dessas sociedades. Clastres via os “selvagens” como os últimos homens livres há habitar a Terra...

Mas aqui, no final desse texto, apresentamos o “último tipo de revolução”, o conceito oswaldiano de “revolução caraíba”, que o autor apresenta no Manifesto Antropófago. Este seria uma “continuação” e “atualização” do Manifesto Comunista; isso é, a revolução caraíba é também uma revolução social que quer abolir a política, expressão da dominação de classes, mas ela é mais profunda porque também quer abolir a “antropofagia” e permitir que as Diferenças se expressem por si mesmas, sem que isso implique desigualdades ontológicas. A revolução caraíba, assim como a revolução social, é também uma “revolução

da (ideia de) revolução”, algo inédito até hoje. É uma revolução que busca instituir um “mundo comum”, no sentido arendtiano, em que todas as ontologias, enten-

tidas como diferentes possam coexistir em pluralidade e se expressar na sua própria singularidade, sem ser subjugada por outras.

A revolução brasileira é e deve ser uma revolução caraíba, como dizia Oswald de Andrade, porque o objetivo final da revolução brasileira é “reencantar o mundo” e construir esse “mundo comum”, uma “Democracia Selvagem”, o ‘Matriarcado de Pindorama’...

Não temos nada a perder, a não ser nossas roupas!

Matheus Ávila é graduando em Ciências Sociais pela FFLCH/USP.

Poemas por Keissy Carvelli

Urubu malandro

Urubu,
ave agoura de hábito diurno

come a morte
como quem saúda a rima,
come o povo
em carne viva
como quem diz:
— ei, brasileiro,
tu és
o assinalado
de um
novo mundo
sem saída.



Raízes do Brasil

o sangue do índio
aduba a terra
sem que haja tempo
de dar fruto.

muitos mortos:
semente,
criança,
adulto.

Telúricos

(ou os meninos da terra e da noite)

Os meninos na biqueira
morrem aos montes:
só hoje foram três,
amanhã vai mais alguém.

Entre eles,
alguns meio poetas,
embora todos
quase analfabetos.

Alguns com sonhos
outros sem:
rever o pai baleado,
ser jogador de futebol,
ser artista de cinema
e comprar uma mercedes benz!

Os meninos
da biqueira
morrem aos montes.
Só durante
esses versos
foram mais três,
embora o silêncio

...

nos diga
que não foi ninguém.



REFERÊNCIAS

TEXTOS

Páginas 17 - 19:

JAMES, C.L.R. Os Jacobinos Negros. São Paulo: Boitempo, 2000.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando o Passado. Curitiba: huya, 2016.

Páginas 37 - 38:

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013, Classes e Ideologias Cruzadas. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 97, p. 23-40, Nov. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 de Setembro de 2019.

SAFATLE, Vladimir. Manifestações Como As De 2013 Provavelmente Se Repetirão. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2017/09/1914638-manifestacoes-como-as-de-2013-provavelmente-se-repetirao.shtml>. Acesso em 30 de Setembro de 2019.

ARTES

Páginas 26-27:

TEIXERA, Evandro. Homem é arrastado pela polícia, nas ruas do Centro, em 1968. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/as-imagens-marcantes-de-evandro-teixeira-feitas-em-1968-21143306>. Acesso em 30 de Setembro de 2019.

TEIXERA, Evandro. Um estudante de medicina cai na Cinelândia, ao ser perseguido por policiais. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/revista-da-tv/as-imagens-marcantes-de-evandro-teixeira-feitas-em-1968-21143306>. Acesso em 30 de Setembro de 2019.

TEIXERA, Evandro. Estudante é carregado por oficiais do exército após confronto entre militares e estudantes no Rio de Janeiro. Disponível: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/22/album/1542923865_871951.html#foto_gal_1. Acesso em 30 de Setembro de 2019.



B-8X22 N°03

BBM

www.bbm.usp.br